

A Classe Operária



ANO 65

ANO 65 — VI FASE — Nº 17 — DE 20 DE ABRIL A 03 DE MAIO DE 1989

NCZ\$ 0,40

A VOZ DAS GREVES



Agustaldo Zordenoni

No ABC paulista 400 mil metalúrgicos deflagraram greve dia 19, juntando-se aos operários químicos e outras categorias da região. Os bancários decidiram realizar uma paralisação nacional. Ao todo, cerca de 2 milhões de trabalhadores resolveram cruzar os braços nesses dias.

A Classe analisa os motivos do movimento, suas conquistas e a gritante insensibilidade do patronato e do governo Sarney **CDM** Centro de Documentação e Memória assalariados. Fundação Maurício Grábois

Páginas 14, 15 e 16

A CLASSE OPERÁRIA

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas
Editor: José Reinaldo Carvalho
Redação: Antonio Martins, Carlos Pompe, Umberto Martins
Diagramação e Arte: Mazé Leite
Fotografia: Aguinaldo Zordevoni
Arquivo: Rosane Montiel
Administração e Assinaturas: Teresa Polli
Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — CEP 01318 — São Paulo/SP
Telefone: (011) 36-7531
Telex: 11-32133

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Av. Thomás Espindola, 314, CEP 57060, fone (082) 223-7128, Maceió; AMAPA — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1037, CEP 60000, fone (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGGS — 704, Bloco G Casa 67, CEP 70302, fone (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS — Av. Alfredo Nasser, 356, CEP 74000, fone (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, fone (098) 221-5440, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548 fundos, CEP 78030, fone (065) 321-7908, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARÁ — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800 fone (091) 223-8911, Belém; PARAÍBA — Praça 1817, 80, 2º andar, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — Rua Dr. Pedrosa, 249, CEP 80420, fone (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1216, CEP 64020, fone (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1608, CEP 20031, fone (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuzá, 99, CEP 59020, fone (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787, fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Williams, 434, CEP 69300, Boa Vista; SERGIPE — Rua Itabaianinha, 145, sala 104, CEP 49010, Aracaju; SANTA CATARINA — Praça 15 de Novembro, 21, sala 703, CEP 88010, Florianópolis.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, past-up, folheto e impressão: Cia. Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.



Especial

Olívio Dutra fala da conjuntura e do PCdoB

Recebemos das mãos de uma das militantes do PCdoB o jornal "Classe Operária", de 9 a 23/3/89. Ficamos sensibilizados com o conteúdo das matérias ali expostas, todas no rumo do sindicalismo classista, da frente única das forças populares de esquerda, do antiimperialismo e do internacionalismo proletário, bases sólidas onde se apóia nossa luta comum.

Queiram também, companheiros, levar nossa mensagem de apreço e admiração ao diretório regional do PCdoB no Rio Grande do Sul, e ao esforço dessa figura legendaria na defesa dos interesses dos trabalhadores e pobres da cidade e do campo, que é João Amazonas, que tudo tem feito, junto a todas as forças da esquerda, para que caminhemos juntos nesse difícil momento da vida política nacional, onde a vacilação de uns poucos poderá dificultar a vitória do candidato à presidência do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, que nesse momento encarna os ideais de um governo democrático e popular, apontando para a criação duma sociedade onde o pão, a justiça e o sonho não sejam privilégios de uma minoria.

Que o exemplo de João Amazonas frutifique entre nós todos. (Olívio Dutra, prefeito de Porto Alegre).

A Bahia discute a "Classe Operária"

A sucursal de "Classe Operária" na Bahia organizou, na terceira semana de março, uma reunião para discutir o projeto de renovação editorial da "Classe Operária" implantado a partir de agosto de 88. Foram convidados e estiveram presentes um conjunto de jornalistas baianos, membros da comissão de agitação e propaganda do diretório regional do PCdoB, os parlamentares comunistas Lídice da Mata, deputada federal, Luiz Nova, deputado estadual, e Javier Alfaya, vereador. Surgiram opiniões que merecem nossa atenção.

Primeiro, uma opinião pessoal: vocês estão conseguindo materializar com competência, eficiência e criatividade a ideia de um jornal do Partido capaz de apresentar nossa visão dos fatos de uma forma aprofundada, bem fundamentada e ampla o bastante para interessar também a

setores avançados fora das fileiras partidárias.

Bom no geral, o jornal padece ainda de algumas deficiências, observadas em nossa reunião. A capa de alguns números está ainda "pesada", com ilustrações antiquadas e manchetes pouco chamativas, confusas às vezes. A do nº 8, por exemplo — "O povo mandou uma mensagem" — além de fraca, só após algum tempo descreve-se tratar-se das eleições municipais. Elogios para "O povo chileno disse não", no nº 5 e "Fora Stroessner" no nº 12, tanto pelas manchetes como pelo conjunto gráfico. As manchetes com corpo maior são mais interessantes para a capa, "vendem" melhor.

O jornal peca ainda por alguns excessos no tamanho dos textos, com pouca ilustração, tornando algumas páginas "massudas", "carregadas", pouco atraentes para a leitura. Reve-la-se também pouca criatividade em alguns títulos internos, tipo "Marchas e contra-marchas do centro e da direita", nº 11, ou "A opinião de José C. Schulte" no nº 12, embora a criatividade predomine na maioria.

Um elogio unânime entre os jornalistas presentes: a modernidade do logotipo da capa, especialmente o símbolo do Partido, com a foice e o martelo. Elogios também para a "abertura" das páginas do jornal a personalidades importantes não-comunistas, como as entrevistas com Lucélia Santos, João Ubaldo Ribeiro, Luis Fernando Veríssimo, Orlando Valverde, Barbosa Lima Sobrinho e Cristóvão Buarque.

Voltando à opinião mais pessoal, o jornal tem tudo para crescer, transformar-se num poderoso instrumento de divulgação das ideias do Partido e da análise da sociedade brasileira, capaz de empolgar e atrair leitores em amplos setores. É indispensável, no entanto, "mexer" com o Partido, tomar providências, já que se percebe pouca atenção e empenho partidário na divulgação, venda e distribuição militante e profissional do nosso jornal.

(Pedro Augusto Pereira, jornalista e correspondente da "Classe" em Salvador)

"Veja" mentiu sobre a greve geral

Na edição de 22/3/89 a revista "Veja", ao analisar a greve geral de 14 e 15 de março, trouxe um boxê intitulado "Longe das grandes centrais". Neste quadro ela se refere à cidade de Anápolis (GO) transmitindo uma mentira e demonstrando ao mesmo tempo seu caráter policialesco.

A revista afirma que "foram vãs as tentativas do PCdoB e PT de conchamar o povo à greve" e que "depois de frustrados os seus objetivos, seus militantes fecharam as portas de suas sedes e foram

descansar". A verdade entretanto é outra. Em Anápolis a greve foi um sucesso. Toda rede de ensino público, de 1º, 2º e 3º graus, e particular, parou. Fechamos oito agências bancárias. Os funcionários públicos em vários setores não trabalharam. A CELG e Saneago, empresas responsáveis pelo abastecimento de energia e água não funcionaram. A empresa "Multiplic", financeira que opera na cidade, ficou sem funcionar nos dois dias da greve, o que inviabilizou toda compra a crédito no comércio legal. Cerca de 800 operários da construção civil cruzaram também os braços, ao lado de vários comerciários que fecharam lojas no centro da cidade.

Se por um lado os militantes comunistas entraram de corpo nesta batalha, deve-se destacar sobretudo a unidade popular na convocação e encaminhamento da greve. Pela primeira vez em Anápolis agiram conjuntamente os sindicatos de professores, bancários, trabalhadores na construção civil, metalúrgicos, e trabalhadores na indústria alimentícia e cerâmica; Corrente Sindical Classista, CUT, UJS, PT e PCdoB. Só a "Veja" fingiu que não viu. (M.R., colaborador da "Classe" em Anápolis)

O leitor pede artigo sobre Bob Marley

Gostaria de parabenizar o historiador Augusto César Buonicore pelo magistral artigo "A ousadia do proletariado húngaro em 1919", editado na "Classe" nº 16. É um excelente relato da curta porém vibrante experiência revolucionária vivida pelo povo húngaro ao término da 1ª Guerra Mundial.

Riquíssimo em dados históricos, este artigo traz grande contribuição teórica, ao mesmo tempo que é um estímulo para todos os revolucionários brasileiros que almejam a sociedade socialista.

Aproveitando a oportunidade gostaria de solicitar dos editores da "Classe" que considerem a publicação de uma matéria sobre um dos grandes ídolos negros do mundo inteiro, Bob Marley, já que no próximo dia 11 de maio estarão transcorridos oito anos de seu falecimento.

Com sua arte lírica e ao mesmo tempo engajada nas lutas contra a opressão do povo negro, Bob Marley despertou a ira da burguesia internacional, que via em suas músicas vibrantes e fortes um perigo para seus interesses rapaces. Por isso sua morte num hospital americano é vista até hoje com grande desconfiança pelos negros conscientes do mundo inteiro.

Por fim, quero parabenizar os companheiros da "Classe" pelo trabalho realizado até aqui, garantindo a excelente qualidade deste combativo jornal. (Valdir Campos Estrela, Salvador, BA)

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA"
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
 Endereço.....
 CEP..... Cidade..... Estado.....
 Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO:

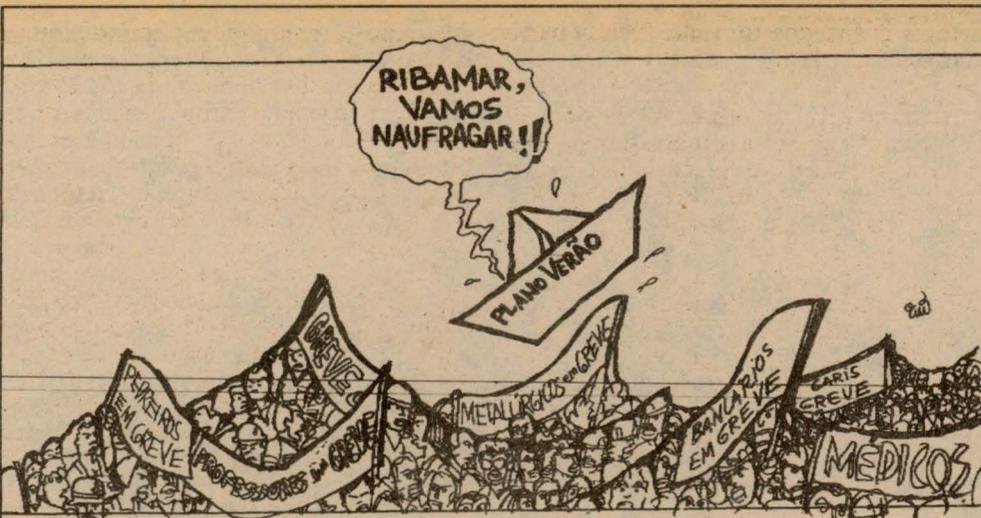
Assinatura trimestral: NCz\$ 2,40; Trimestral de apoio: NCz\$ 4,50

Assinatura semestral: NCz\$ 4,80; Semestral de apoio: NCz\$ 9,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheques nominal à

Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - São Paulo/SP



EDITORIAL

Inevitável a luta popular

Diante do fracasso do Plano Verão, previsto pelas forças oposicionistas desde a sua edição em 15 de janeiro, o governo adota novas medidas, à guisa de ajustes. Passados três meses de aplicação da "nova" política econômica da dupla Sarney-Mailson da Nóbrega, a sinistrose da hiperinflação volta a tomar de assalto a sociedade brasileira. Fevereiro e março computam mais de 10% de desvalorização do cruzado novo e as projeções para abril fazem o índice acumulado se acercar dos 20%.

As novas medidas anunciadas têm caráter espoliador. O congelamento de preços, que já se tinha revelado uma farsa, foi oficialmente deixado de lado com a política de "realinhamento", que admite aumentos de até 10%. Anuncia-se o reajuste dos aluguéis e prestações da casa própria segundo a variação do IPC. A moeda foi desvalorizada em 3,2%, reflexo das pressões dos exportadores, o que implicará maior aumento da inflação.

Mas se com os grandes capitalistas e especuladores o governo se mostra generoso, com o povo trabalhador ele se revela particularmente perverso. Propõe descaradamente um reajuste salarial entre 11,74% e 13,58% e anuncia uma nova política salarial baseada em reajustes trimestrais. Isto quando está estatisticamente comprovado que as perdas salariais dos trabalhadores durante o Plano Verão adicionadas às embutidas quando da edição do "pacote" em 15 de janeiro, já ultrapassam 50%. Enquanto isso, a produção industrial registra quedas e a economia continua estagnada com os níveis de desemprego crescendo, atingindo já os 10%.

O quadro geral é de brutal agravamento da crise social. O nível de vida se degrada não somente devido às perdas salariais e aos aumentos de preços. Os serviços essenciais à

população deterioram-se. A situação da saúde, da previdência, da educação e da moradia é de completo descalabro. A miséria e a criminalidade espriam-se por toda a parte.

Não surpreende, pois, que as lutas populares, sobretudo o movimento grevista dos trabalhadores, assumam novas proporções. Os dados que evidenciamos em nossas matérias de capa (Págs. 14, 15 e 16) são por si mesmos eloqüentes. Refletem a realidade objetiva do país e decorrem da penosa situação em que vive o povo brasileiro. Enquanto persistir a política em curso e estiver em vigor a orientação das classes dominantes, não resta aos trabalhadores outra alternativa senão a luta decidida, até por uma questão de sobrevivência.

Em face da justa luta do povo, o governo, o Exército e os seus porta-vozes nos meios de comunicação fazem ameaças e provocações. Pateticamente vêm a público notícias de infiltração de espões do Exército nas fileiras do PT e da CUT, que teriam "descoberto" planos de sublevação. O Ministro da Justiça (?) Oscar Correa pressiona o Congresso para a aprovação de uma lei restritiva regulamentando o direito de greve assegurando na Constituição. Tudo isso faz parte da preparação de ataques ao povo e à legalidade democrática.

Aonda grevista que estremece o país nestes dias que antecedem o 1º de Maio, dia dos trabalhadores, e a união do povo e das esquerdas para enfrentar a sucessão presidencial, constituem o fenômeno político e social de maior importância da atualidade brasileira. É a resposta mais firme à ofensiva e às artimanhas do patronato e do governo. E aponta o caminho seguro por onde passa a luta de libertação do povo brasileiro.

A Classe — ano 65

José Reinaldo Carvalho

tificação do espaço destacado que nela ocupa.

Neste primeiro de maio, este jornal entra no seu 65.º ano de circulação. Durante tão longo período, A Classe Operária passou por diversas fases, circulou em vários formatos, foi redigida, editada e impressa com diferentes métodos e técnicas, mesmo os mais rudimentares. Atravessou dificuldades sem conta, sofreu perseguições policiais, foi constrangida à rigorosa clandestinidade, muitos de seus redatores, impressores e vendedores foram assassinados. Tornou-se alvo, também, nos anos 50, da sabotagem do grupo revisionista que tentou liquidar o Partido.

Uma marca, porém, caracterizou durante estas seis décadas e meia o nosso jornal — a combatividade, a defesa intransigente dos interesses da classe operária, a difusão dos princípios científicos da doutrina marxista-leninista, a denúncia do capitalismo, a pregação da conquista do socialismo, a independência de opiniões e a coerência.

A Classe tornou-se, assim, a tribuna do proletariado militante, revolucionário, o porta-voz do partido de vanguarda dessa classe, o lúcido defensor das idéias avançadas e inovadoras. Nisso reside sua permanência e continuidade na história da imprensa operária brasileira e a jus-

Em meados do ano passado, a equipe de redação, inspirada nas resoluções do 7.º Congresso do PCdoB e orientada pela direção nacional, iniciou uma nova fase do jornal. Mantendo o caráter de órgão central do Partido, a proposta aponta para a criação de um veículo ágil, dirigido não só à militância partidária, mas a faixas de leitores mais amplas, voltado não apenas para a divulgação das atividades dos comunistas, mas também propenso a estimular com outras forças o debate de questões candentes da atualidade, enfim, um jornal que seja também instrumento do ingente esforço para a união do povo brasileiro em torno de um programa democrático, antiimperialista e progressista.

A repercussão positiva nas fileiras do Partido, entre as forças aliadas e nossos leitores em geral, atesta que, decorrido quase um ano da nova fase, temos alcançado vitórias em nosso mister. Isto a despeito das lacunas e deficiências visíveis em cada edição. A constatação de avanços e o registro de falhas são para o Partido, os editores, redatores e equipe técnica e administrativa do jornal, motivo para a reafirmação dos mesmos compromissos com que foi criado naquele distante primeiro de maio de 1925.

Por quem fala Brizola?

Umberto Martins

sempre à direita do leque partidário e político.

Capaz, como já se disse, de pisar o pescoço da própria mãe para chegar à Presidência da República, o candidato do PDT à sucessão, Leonel Brizola, acaba de eleger o seu "inimigo número 1" na campanha: ninguém menos que Luiz Inácio da Silva, o Lula.

Com um estilo inconfundível, caudilhesco, Brizola já havia caluniado grosseiramente o movimento pela constituição de uma frente de esquerda com vistas ao processo sucessório, no qual estão empenhados o PCdoB, o PT, o PSB e o PV. Não é de estranhar que volte sua fúria contra Lula.

Não é difícil perceber uma certa dose de desespero na tática do caudilho. Porém, ele imagina que esta conduta o credencia como autêntico candidato de esquerda à Presidência, senão o único. Com efeito, num de seus acessos, o homem já alardeou que é bem mais radical do que Lula, cuja candidatura (é ainda o caudilho quem fala) estaria servindo a uma diabólica trama da direita contra ele.

Isto, de qualquer forma, constitui apenas um aspecto da conduta de Brizola. Outro, não menos decisivo, revela melhor o caráter da candidatura do PDT. Trata-se das alianças que o caudilho procura costurar,

"Dize-me com quem andas e te direi quem és", ensina o adágio. Pois Brizola não se cansa de bajular militares, acertar alianças com figurões do PFL e mesmo do PDS. E para disfarçar sua fraqueza em São Paulo e no movimento sindical busca o apoio do senhor Luiz Antonio Medeiros, fiel representante da direita no sindicalismo.

Esse alinhamento determina as opiniões do "radical" Brizola sobre os grandes temas nacionais. Falou da reforma agrária para elogiar a política adotada pelo general Figueiredo, de tímidos assentamentos, explicando que pretende fazer o mesmo. Disse que seu governo não arranharia os sagrados "direitos" dos militares.

E, enfim, numa recente entrevista ao jornal "Gazeta Mercantil" Brizola revelou que não é nenhum "caloteiro" e, portanto, pagará pontualmente a dívida externa, inclusive o principal, submetendo-a, se muito, a uma nova rodada de "renegociação". Ora, sabe-se que neste caso trava-se uma gigantesca luta de interesses que põe os credores estrangeiros à nação. Brizola tornou pontual a favor dos bancos estrangeiros.

NAS ENTRELINHAS DA NOTÍCIA

Direita busca candidato (e o "Estadão" acha).

Clóves Wonder

A palavra de ordem foi dada há mais de 15 dias pelo donatário Roberto Marinho no editorial "Convocação", já comentado aqui e depois seguido pela "Conversa ao pé do rádio", em que Sarney, refletindo a angústia de sua gang, repetia que o "centro" (leia-se direita) precisava se unir para lançar um candidato. Aí foi como uma bola de neve crescendo por toda a grande imprensa.

Não é à toa que o "Estadão" investe firme na chamada saída liberal e tenha chegado a promover em Curitiba, no último fim de semana, uma reunião de empresários e políticos a serviço do grande capital monopolista nacional e internacional, onde a tônica foi a procura do candidato de "centro". E tanto no "Estadão", como na "Folha", "Jornal do Brasil", "O Globo" e redes de TV e grandes revistas, os espaços nobres, as páginas ímpares e na área superior, são reservados à luta pela indicação do PMDB e do PFL, que representam hoje a esperança de união dos setores reacionários da sociedade para enfrentar nas urnas as candidaturas à esquerda.

"A grande esperança branca"

Foi com esse título que o serviço da direita e jornalista José Neumann, editor de política do "Estadão", saúda o crescimento da candidatura Fernando Collor de Melo, constatado pelo Ibope numa suspeita pesquisa feita dias após seu programa político na TV. Nessa coluna assinada apenas por suas iniciais JN, ele diz que a candidatura Collor surge como "a grande esperança branca para enfrentar as ameaças vermelha e rosa das candidaturas Lula e Brizola".

Onde chega o baixo nível de um jornalista vendido hem? Fernando Collor, que tenta substituir a velha imagem de Jânio, como o populista de direita com discurso moderno e moralista, obtém também um grande espaço na TV-Globo, de

quem é sócio na capitania das Alagoas.

Não é simples coincidência ou falta de notícias que faz de Lula, principalmente, o candidato que hoje ocupa o menor espaço na grande imprensa e praticamente nenhum nas TVs Globo, TVS, Manchete e Bandeirantes. Os não candidatos, aliás, estão com muito mais espaço que Lula. E atentem bem, que logo que o PMDB, PFL, PTB e outros se unirem em torno da candidatura, seja de Quércia, Ulysses ou Iris Rezende, ou ainda de Jânio, os demais candidatos vão praticamente desaparecer do noticiário político dos jornais. A não ser Collor, que terá um espaço especial em alguns órgãos (?).

Álvaro na Globo

É impressionante como a TV Globo passou a destacar em quase todos seus noticiários políticos a indicação candidatável do governador do Paraná, Alvaro Dias. Foi só ele fazer aquele acordo com o Planalto de implodir o que chamam grupo progressista, que a Globo imediatamente adotou sua candidatura. A "Veja" desta semana também lhe dedicou a entrevista especial das páginas amarelas. Será coincidência?

Vassalagem barata

O doublê de picareta, vassallo da burguesia e bajulador dos poderosos de plantão, Gilberto Di Pietro, que assina uma coluna de "potins" no jornal Folha da Tarde, chamada Giba Um, na última quinta-feira, dia 13 de abril, por já não ter como puxar mais o saco de seus patrões e apaniguados, deitou falação sobre este jornal, A Classe Operária. Numa agressão absolutamente gratuita, tentou comparar o órgão central do Partido Comunista do Brasil a pasquins engraçadinhos que circulam pela praça. Se Giba Um fosse ao menos jornalista, saberia que nosso jornal, com 64 anos de vida, cumpre um papel na sociedade, que é, também, o de desmascarar gente como Gilberto Di Pietro e seus acólitos e financiadores.

Administração Erundina em debate

Edson Ruiz

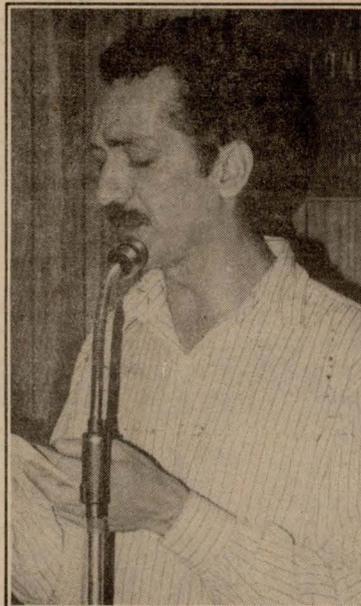
Pepe

A partir de denúncias formuladas em dois dossiês, um da prefeita Luiza Erundina e outro do vereador Aldo Rebelo (PCdoB) sobre irregularidades na gestão Jânio Quadros à frente da Prefeitura de São Paulo (1986/1988), a Câmara Municipal de São Paulo decidiu criar uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) a fim de investigar as acusações que pesam sobre o ex-prefeito. A presidência da CEI foi confiada ao vereador Aldo Rebelo.

A bancada do PCdoB na Câmara Municipal de São Paulo ficou em evidência nos últimos dias, também na oportunidade em que a prefeita Luiza Erundina compareceu ao Legislativo municipal para prestar contas dos primeiros 100 dias de sua gestão. Erundina já havia feito o mesmo perante a população, num ato público que reuniu na Praça da Sé, no centro da capital, mais de 3 mil pessoas.

Falando em nome da bancada comunista, durante o ato de prestação de contas da Prefeitura perante a Câmara, o vereador Aldo Rebelo pôs em relevo os aspectos positivos da administração de Erundina e teceu também algumas críticas coerentes com a postura do PCdoB de apoio político com independência.

Disse Aldo: "O Partido Comunista do Brasil fez parte da coligação dos Partidos do Povo que derrotou, em São Paulo, um elenco de notáveis políticos das elites milionárias e conservadoras. Manifestamos aqui a opinião de que Luiza Erundina e sua administração têm sido fiéis aos compromissos com o povo desta cidade. Anistiu os servidores perseguidos pelo ex-alcaide Jânio Quadros; assumiu posição corajosa de respeito ao direito de greve e de apoio à greve geral convocada pelo movimento sindical contra o arrocho salarial e o entreguismo do Plano Verão. Atendeu reivindicações



Aldo apontou aspectos positivos e negativos da nova gestão



históricas do funcionalismo, destacando-se o piso de três salários mínimos para os servidores municipais. Enfrenta a agrura de gerir os cofres dilapidados pela gestão anterior."

Registrando "a dificuldade encontrada pela prefeita em representar o universo dos anseios populares, a pluralidade e a heterogeneidade de seus movimentos", o vereador Aldo Rebelo alinhou em seguida críticas relativas à pouca capacidade da administração da prefeita de "tornar-se o centro de gravidade das esperanças populares, de transformar-se em eixo que ponha a rodar em direção ao futuro as forças colossais das lutas operárias e populares". Na opinião do vereador comunista, "a magnitude de tal tarefa não contemporiza com a visão estreita, de pequenos círculos ou projetos de facções".

Aldo Rebelo referiu-se ainda à "orientação dúbia", originária da administração Jânio Quadros, de limitar os salários a 58% do total da receita. Refletindo as inquietações so-

ciais, o vereador disse, ainda, que "os movimentos em defesa da moradia reclamam que tardam as respostas e orientações sobre a luta pela habitação" e fez eco ao pronunciamento do Congresso dos Trabalhadores da CMTC contrários às demissões naquela empresa pública municipal.

A prefeita Luiza Erundina, depois de ouvir atentamente as considerações do vereador Aldo Rebelo, declarou: "Com relação ao nobre vereador Aldo Rebelo, quero agradecer de forma muito especial a esse companheiro. A vitória da coligação 'Partidos do Povo' se deveu em grande medida à participação do seu partido e à combatividade de V. Excia. Portanto, suas considerações e toda a colaboração que vier a encaminhar ao Executivo, além de ser colaboração que parte de um parlamentar, de um representante do povo, trata-se de um companheiro nosso, co-responsável pela vitória no dia 15 de novembro, e como tal, co-responsável pelo êxito desta administração à frente desta cidade."

Mais um vereador comunista

Ailton S. Leite



Renildo Calheiros

Vibrante pronunciamento na tribuna da Câmara Municipal e participação ativa nas negociações entre funcionários públicos em greve e o governo do Estado marcaram o início do efetivo exercício do mandato do vereador comunista Renildo Calheiros, em Recife, no último dia 18. Candidato pelo PCdoB na coligação "Frente Popular" (PMDB, PCdoB, PMB, PRT, PCB), Renildo Calheiros ascende agora a cadeira de vereador com a ampliação do número de parlamentares na Câmara Municipal de 33 para 55, por decisão do Tribunal Regional Eleitoral, cumprindo o dispositivo

constitucional que aumenta o número de cadeiras nas Câmaras das capitais.

Ex-presidente da UNE, 29 anos, membro da direção regional do PCdoB em Pernambuco, Renildo Calheiros recruta a bancada comunista na Câmara do Recife, após 42 anos — em 1947, os comunistas elegeram, na capital pernambucana, 13 vereadores, fazendo maioria naquela casa legislativa. "Com um pé na Câmara e outro na rua, colocarei o meu mandato inteiramente a serviço do movimento operário e popular", afirmou Renildo em seu discurso de posse.

As desventuras do PMDB

Quando esta edição estiver circulando, os lances decisivos da corrida presidencial na faixa que vai do centro à direita do espectro político nacional estarão sendo jogados. É que nos próximos dias o PMDB, partido que personifica o centro-direita e detém a maior máquina eleitoral fisiológica do país, escolherá em convenção nacional, dia 30, o seu candidato à Presidência da República. Mas, qualquer que seja o resultado, uma coisa é certa: as classes dominantes ainda não terão encontrado um candidato político e eleitoralmente capaz de enfrentar a "ameaça" da esquerda, que à proporção que se une e parte para a campanha de massas, se afirma e se torna uma alternativa real de poder.

A crônica política das últimas semanas tem sido pródiga, nas páginas da grande imprensa e nos noticiários da mídia eletrônica, em comentários sobre as disputas pela indicação de candidaturas nos partidos do centro-direita e da direita (PMDB e PFL). Mas as "análises" dos nossos iluminados comentaristas não vão além de explicar as disputas intestinas nesses partidos como meras manobras pela consolidação de carreiras políticas individuais. Ulysses, Quêrcia, Aureliano, Maciel, Waldir Pires, Arraes, Álvaro Dias, Iris Rezende, são apresentados como personagens de uma estória em que eles mesmos escrevem o enredo. Ressalvada a evidência de que em todas as articulações, conversas de bastidores, rodadas de "poire", cultos evangélicos e festas em estilo caipira na capital paulista estão de fato muito presentes desmedidas ambições pessoais, a indefinição de uma candidatura única representativa do "centrão", apesar da plethora de nomes, reflete um problema político de dimensões muito maiores.

Não é à toa que Roberto Marinho fez uma convocação no editorial de "O Globo" de

2 de abril, que Mário Amato, presidente da toda poderosa FIESP, telefona ao governador de São Paulo pedindo a este último que saia candidato, que o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, rifa seu ex-colega de ministério e postulante a candidato pelo PFL, Aureliano Chaves, passando a fazer acenos na direção de Quêrcia e Jânio e que o Palácio do Planalto lança o nome do tabaréu Iris Rezende apenas para negociar.

O busilis da questão está no desespero das classes dominantes diante da possibilidade real, que elas já captaram, de as esquerdas vencerem. Isto as leva a buscar um candidato capaz de unir a direita, o centro e o centro-direita com um discurso "moderno", a um só tempo liberal e conservador, uma espécie de neo-direita.

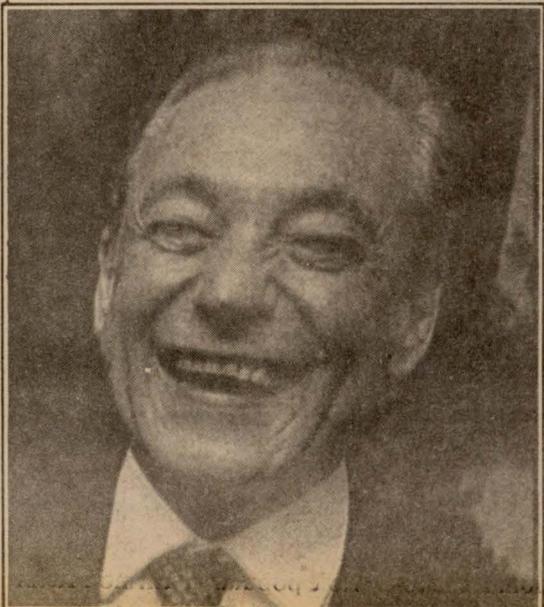
A dificuldade das elites para encontrar tal candidato e impor tal plataforma, assegurando também viabilidade eleitoral, aumenta ainda mais se se têm em conta as mudanças operadas no quadro político nos últimos quatro anos e sobretudo após as últimas eleições municipais. Até a implantação da "Nova República" o sustentáculo do centro era o centro-esquerda. Parcelas ponderáveis das elites empenharam-se na "transição democrática" e, para assegurar sua hegemonia, compunham-se com este último setor. Mas desde a elaboração da nova Constituição as classes dominantes bandearam-se totalmente para a direita — vide atuação do "centrão" na Constituinte e os rumos que tomou o governo Sarney. Esse deslocamento polarizou a sociedade entre direita e esquerda, tendência que se acentua cada vez mais em proporção direta com o agravamento da crise do país. O resultado disso é o afundamento do centro, com a conseqüente inocuidade de tentativas de viabilizar candidaturas com a marca de

"centro-esquerda" e a evidência do falso "democratismo" da direita.

É a partir daí que se pode compreender as desventuras de todos os nomes citados. Ulysses Guimarães, candidato a presidente desde a sucessão do general Figueiredo, pode talvez conseguir manter a convivência entre as diversas alas de que se compõe seu partido. Mas não tem qualquer viabilidade eleitoral. O povo o identifica com o governo Sarney e não o perdoa pela atuação antidemocrática e antipopular durante a Constituinte. Se for candidato, sofrerá contundente derrota nas urnas. O contrário se dá com Orestes Quêrcia. Tem mais cacife eleitoral, porque se apoia na poderosa máquina do Estado de São Paulo e contará, se candidato, com as polpudas subvenções do empresariado e, possivelmente, com a publicidade da "Globo". Mas seu nome pode afastar em definitivo do partido o setor chamado progressista encabeçado por Waldir Pires e Miguel Arraes. Além disso, é desgastado na opinião pública e sabe que não bastam as verbas da FIESP, a projeção na mídia e a máquina da Administração pública para ganhar eleições do tipo da que teremos este ano. O outro candidato a candidato para valer, Waldir Pires, está "pendurado na brocha". Iludem-se os governadores da Bahia e de Pernambuco se pensam que o PMDB ainda tem condições de gerar um candidato de centro-esquerda. Os progressistas do PMDB, para mostrar que são progressistas, deveriam necessariamente ajudar a união do povo, alinhando-se com a frente das esquerdas. Pois é nessa alternativa que está o futuro democrático e progressista do Brasil.

Quanto a Iris Rezende e Álvaro Dias, não podem camuflar o caráter farsesco de suas candidaturas. E que são instrumentos de forças obscuras.

Arquivo



Governador: feliz?

Arquivo



Cabeça baixa, rumo ao cadafalso

CRÔNICA

DE BRASÍLIA

Congresso pode votar lei contra o arrocho

Moacyr de Oliveira Filho*

Na semana passada o Congresso Nacional começou, finalmente, a decidir sobre a nova lei de política salarial. A Comissão de Trabalho e Legislação Social da Câmara dos Deputados deve aprovar, ainda esta semana, um Projeto de Lei sobre a política salarial de salários para, em seguida, remetê-lo à apreciação do plenário. A intenção das lideranças partidárias é fazer todo o esforço para que a nova política salarial esteja aprovada definitivamente pelo Congresso até o próximo dia 1.º de Maio. De acordo com os entendimentos preliminares, o texto a ser aprovado pela Comissão terá como base a proposta apresentada pelo DIAP — Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — e que foi transformada, na íntegra, num projeto de lei subscrito pelo deputado Nelton Friedrich, do PSDB. O Projeto estabelece o princípio da livre negociação coletiva, garante a irreduzibilidade dos salários, estabelece reajustes salariais mensais com base nos índices de remuneração das cadernetas de poupança e prevê correções anuais, nas datas-base de cada categoria, com base no aumento do custo de vida do período, além de determinar a reposição das perdas salariais decorrentes do Plano Verão, também nas datas-base das categorias, de forma a repor integralmente essas perdas. Caso o projeto seja efetivamente aprovado pela Comissão de Trabalho, e posteriormente pelo plenário, a Câmara dos Deputados estará dando um passo importante no sentido de definir a nova política salarial, retirando do Governo o poder de decretar políticas salariais arrochantes.

Com a provável aprovação da nova política salarial, o Congresso Nacional dá início, finalmente, à aprovação das leis ordinárias e complementares à Constituição Federal. Até agora, passados seis meses da promulgação da Constituição, apenas uma lei ordinária regulamentando dis-

positivos da Nova Carta foi aprovada — a do salário-mínimo — e, mesmo assim, vetada pelo Presidente da República. Como se isso não bastasse, no caso do salário-mínimo, o próprio Congresso Nacional que fez e aprovou a lei curvou-se às pressões do governo, e manteve o veto presidencial. Com isso, inúmeros dispositivos avançados e de interesse dos operários e trabalhadores brasileiros contemplados pela nova Constituição continuam sendo letra morta por falta da legislação ordinária. Como este é um ano eleitoral, teme-se que essa legislação ordinária fique sem apreciação por causa das eleições. Para corrigir essa distorção já começam a surgir propostas de convocação extraordinária do Congresso Nacional durante o mês de julho, com o objetivo exclusivo de examinar e aprovar uma pauta prioritária de leis ordinárias e complementares para regulamentar a Carta, que seria definida de comum acordo entre os líderes partidários.

Além desse atraso na apreciação da legislação complementar à nova Constituição, a Câmara dos Deputados ainda não conseguiu sequer aprovar o seu novo regimento interno, para adequá-lo à nova realidade política do país e ao novo papel constitucional do Poder Legislativo. Espera-se que até o final deste mês o Regimento Interno seja aprovado. O Projeto apresentado pela Mesa e relatado pelo vice-presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira — o mesmo que arquivou a denúncia contra o presidente Sarney feita pela CPI da corrupção —, no entanto, não está agradando os setores progressistas da Câmara dos Deputados. O Regimento é muito acanhado e mantém dispositivos conservadores e reacionários, não condizentes com o espírito democrático que se deseja imprimir ao

*Jornalista, correspondente da "Classe" em Brasília

AS SUCESSÕES NA HISTÓRIA

1891 - DITADURA MILITAR

José Carlos Ruy*



Proclamada sem mobilização popular, a República foi aberta por uma ditadura militar, deposta em novembro de 1891 por uma aliança entre republi-

canos históricos, militares dissidentes e oligarquias estaduais. É o que aborda o autor no terceiro artigo da série.

Silva Jardim temia que a República se tornasse a Monarquia sem o imperador; as lutas políticas que se abriram após o 15 de novembro mostram que seu temor tinha fundamento. Os republicanos radicais, como Silva Jardim e Anibal Falcão, haviam sido marginalizados na conspiração que levou à implantação da República com base no apoio militar, sem mobilização popular.

Aristides Lobo, um líder republicano, disse (em 18 de novembro de 1889) que o povo assistiu "bestializado" a parada de 15 de novembro, "sem conhecer o que significava". Em consequência dessa marginalização popular, "a cor do governo (que se instalou no poder) é puramente militar, e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula".

Ele tinha razão. O Governo Provisório, sob a chefia do marechal Deodoro, foi um verdadeiro regime militar, com a participação de muitos chefes militares e políticos monarquistas, como o Barão de Lucena. As medidas de força tomadas pelo governo para consolidar o novo regime e varrer a oposição monarquista foram usadas também para calar a oposição de setores republicanos, e mesmo de desafetos de Deodoro. Incapazes de lidar com questões políticas sem usar a força, os militares criaram, algumas semanas após a Proclamação da República, um Tribunal Militar para julgar civis acusados de conspiração (23 de dezembro de 1889), ao mesmo tempo em que decretaram o Estado de Sítio. Um jornal carioca, a *Tribuna Liberal*, acusado de simpatias monárquicas, teve sua redação destruída por soldados em trajes civis; nos Estados, segundo denúncias de políticos, muitos jornais oposicionistas foram destruídos da mesma forma.

Embora mostrasse sua face mais dura, a ditadura militar dividia os oficiais e afastava os políticos civis do Governo Provisório. Logo tiveram início as pressões para Deodoro convocar a Constituinte.

"Muitos civis — diz a historiadora June Hahner — esperavam que a Assembléia Constituinte, convocada para reconduzir a nação às bases legais, através da promulgação de uma constituição republicana e a eleição do primeiro presidente e vice-presidente, devolvesse à Nação o controle civil" (*Relações entre civis e militares no Brasil, 1889—1898*, p. 54). Contudo, a primeira eleição republicana realizada no Brasil, a eleição da constituinte, foi também uma primeira mostra da habilidade dos governos militares em criar casuísmos políticos para beneficiar as facções que os apoiam.

A eleição para a Constituinte foi o complemento do movimento de marginalização dos republicanos radicais iniciado em 15 de novembro de 1889. As regras eleitorais adotadas foram formuladas cuidadosamente pelo governo, permitindo a manipulação dos resultados das urnas. Radicais como Silva Jardim foram sumariamente excluídos da Assembléia Constituinte e apenas candidatos apoiados pelo governo ou por oligarquias poderosas, como a de São Paulo, puderam ser eleitos — entre eles, muitos militares, que ocuparam 1/4 de todas as vagas na Constituinte.

Apesar de todos os cuidados, contudo, Deodoro não conseguiu manter o controle sobre essa Assembléia que, contra a vontade do presidente, transformou-se em Congres-

so Nacional depois da promulgação da Constituição. Nem mesmo a eleição de Deodoro como o primeiro presidente constitucional do Brasil foi tranqüila. A eleição foi o último ato da Assembléia. Seu presidente, o paulista Prudente de Moraes, havia encabeçado a oposição a Deodoro e, assim, angariou grande apoio entre os parlamentares. Sua candidatura cresceu naturalmente, apoiado por civis paulistas e das oligarquias estaduais. Outra candidatura que cresceu na Constituinte foi a de Floriano Peixoto, apoiado por militares dissidentes, descontentes com Deodoro e, influenciados por ideais positivistas, favoráveis à consolidação da República e ao fim da hegemonia política das oligarquias estaduais.

Com a radicalização do processo eleitoral, militares partidários de Deodoro passaram a pressionar a Constituinte.

Muitos preparavam-se para agir contra ela. Um coronel declarou que se Deodoro não fosse eleito, a Assembléia seria dissolvida, e "irei a praça pública com meus camaradas aclamá-lo, embora à bala". Um jornalista da época, Dunshee de Abranches, passou a noite da véspera da eleição num quartel da Artilharia, no Rio de Janeiro, e contou que "o pessoal combatente tudo havia preparado para entrar em fogo... O Palácio do Congresso seria mesmo arrasado se Deodoro não saísse vitorioso das urnas". Segundo esse repórter, "a convicção geral era que a revolução se despejaria dos quartéis para as ruas", caso Deodoro fosse derrotado.

A oposição, por sua vez, uniu seus esforços na aliança

Arquivo



Floriano e Deodoro: tutela sobre a Constituinte de 1891

entre paulistas e florianistas. Prudente de Moraes reforçou então sua candidatura com o apoio de republicanos históricos e militares da Marinha e do Exército, que passaram-se para sua candidatura, com Floriano como vice.

A pressão militar pró-Deodoro surtiu efeito, levando à eleição do marechal, a 25 de fevereiro de 1891, com 129 votos favoráveis, contra 97 dados a Prudente. A oposição, contudo, elegeu o vice, Floriano Peixoto, que teve 157 votos (mais do que a votação de Deodoro, portanto), contra apenas 57 do segundo colocado, o almirante Wandenkolk.

A crise que marcou a eleição de Deodoro acompanhou todo seu curto período constitucional. Os paulistas e seus aliados das oligarquias estaduais, principalmente a mineira, tinham um programa claro para a república de seus sonhos: eles defendiam o federalismo, contra a centralização do poder nas mãos do governo federal; exigiam autonomia para os Estados; não abriam mão também do presidencialismo, contra o parlamentarismo da monarquia e do Governo Provisório, que obrigava a partilha do controle do governo central entre as facções políticas representadas no Congresso.

Deodoro, por sua vez, afastava-se cada vez mais do Congresso, cujos poderes acusava de "excessivos". Tentava comandar os parlamentares como se fossem soldados e encrava as críticas como ofensas pessoais. Além disso, muitos temiam que Deodoro tentasse reformar a constituição, reforçando o governo central, enfraquecendo principalmente "a oposição interna de São Paulo e sua influência na União" (Hahner, p. 137). Essas mudanças, dizia-se, incluiriam a distribuição de número igual de deputados para os Estados na Câmara (como no Senado), reforçando a posição dos nordestinos, contra os Estados do sul.

Interpretando o federalismo de forma muito elástica, os paulistas faziam mais do que articulações políticas em defesa de seus interesses. Desde o começo do Governo Provisório o governo do Estado desenvolveu uma força própria que, nos anos seguintes, chegou a ser considerável. Em 1893, por exemplo, tinha 3 mil homens bem treinados e bem armados — Centro de Documentação e Memória

grande que, depois da Revolta da Armada (1893-1894), o estado trouxe uma missão militar estrangeira de treinamento muito antes do próprio exército nacional; além disso, a força militar paulista tinha modernos equipamentos e metralhadoras, e conseguiu manter-se independente, conseguindo evitar que oficiais do Exército regular fossem nomeados para comandá-la.

No governo Deodoro o poderio militar paulista ainda não tinha ido tão longe, mas já era grande o suficiente para apoiar, pelas armas, as pretensões da oligarquia estadual. O choque com as oligarquias estaduais encasteladas no Congresso e lideradas pelos paulistas, tornou-se fatal para Deodoro quando parcelas expressivas das Forças Armadas abandonaram o governo federal. Já em abril de 1891 — dois meses depois da eleição do marechal — Floriano Peixoto escrevia a Prudente de Moraes manifestando sua oposição "à política reacionária do atual governo", onde "tudo vai mal e cada dia é pior".

Sem apoio político ou popular, só restava a Deodoro o apoio das armas. Mas, como Napoleão já sabia, nenhum governo sustenta-se apoiado sobre baionetas. Assim, quando Deodoro decidiu resolver a crise crônica de seu governo dissolvendo o Congresso Nacional, em 3 de novembro de 1891, ele esqueceu-se de fazer o balanço da situação militar — um erro decisivo para ele. A resistência militar contra Deodoro cresceu de tal forma que, em reação à medida de força do governo, a Cavalaria e Artilharia levantaram-se em defesa da legalidade, sob liderança de Floriano Peixoto. A Marinha também aderiu à resistência, e Deodoro ficou somente com o apoio insuficiente da Infantaria.

Vinte dias depois, Deodoro foi forçado a renunciar, passando o governo para o vice Floriano Peixoto. A aliança entre setores militares republicanos, "jacobinos" e positivistas, chefiados por Floriano, e a oligarquia paulista, liderada por Prudente de Moraes, chegava agora ao poder; os três anos que se abriam agora significaram a consolidação da República e, além disso, o lance final do confronto entre essas duas facções — os republicanos históricos e as oligarquias estaduais — pelo controle do poder central.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Maurício Grabois, redator do jornal "Retrato do Brasil" e colaborador da Classe Operária em São Paulo.

Precioso ensinamento da construção socialista

A editora albanesa "8 Nentori" publicou recentemente a tradução em espanhol do livro "Nosso Enver", de autoria do primeiro-secretário do Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia, Ramiz Alia. Em artigo especial para A Classe, João Amazonas comenta a obra.

João Amazonas*

Um livro que fazia falta — "Nosso Enver", de Ramiz Alia. Muitas são as obras editadas de Hoxha. Numerosos também os trabalhos publicados sobre a Albânia. O livro de Ramiz preenche uma lacuna ao sintetizar a maneira de como se concretizaram as idéias do marxismo-leninismo no país das águias. Não é um tomo biográfico ou de memórias, ainda que estes aspectos sejam marcantes no texto. Reúne importantes conclusões da edificação da nova sociedade.

CHEFE DA REVOLUÇÃO

O primeiro capítulo é dedicado à notável atuação de Enver Hoxha na epopéia gloriosa do povo albanês. Faz justa e alta valorização da atividade intelectual, teórica e prática do chefe da revolução, ao meu ver, a maior figura da história do povo originário dos ilírios. Ele aparece nas páginas de Ramiz tal como foi — um revolucionário forjado na luta, que amava o povo, queria vê-lo livre da opressão e do obscurantismo, e exaltava o partido da classe operária como instrumento insubstituível de todas as conquistas avançadas: "Filho da revolução", assinala Ramiz Alia referindo-se ao homem que despontou no cenário político albanês impulsionado pela necessidade objetiva da libertação do país do jugo estrangeiro. Não teve tempo de passar pela universidade, por sinal inexistente na Albânia. Foi um extraordinário autodidata que aprendia da vida e das lutas do povo, que estudou nos livros e na realidade para responder às exigências do progresso social. Elevou-se até o cume das responsabilidades do mais alto dirigente da nação. Realizou no curso de várias décadas tarefas novas e complexas que reclamavam conhecimento de largo espectro no campo da organização da sociedade, da ciência e da tecnologia. Lendo esse capítulo, recordei Marx e Lênin ao afirmarem que, quando amadurecem situações revolucionárias, surgem os homens capazes de dirigir com acerto as transformações da sociedade. Não aparecem à margem da luta de classes, predestinados,

nem como gênios apartados da vida social. Enver Hoxha é um exemplo.

CAMINHOS DO SOCIALISMO

Destaca-se no livro de Ramiz Alia a descrição sumariada dos caminhos trilhados na construção do socialismo, distintos em cada país e segundo condições históricas determinadas. Quem estuda o marxismo-leninismo compreende que há princípios irrevogáveis a serem considerados nessa construção. Não se pode obscurecer nem tergiversar tais princípios. Tampouco aplicá-los mecanicamente. Impõe-se buscar a maneira correta de concretizá-los. Isso foi feito na Albânia, que registra formas originais de construção do socialismo.

Sabe-se que realizar a industrialização tendo por base a indústria pesada e coletivizar a produção camponesa são requisitos essenciais para erigir a nova sociedade, em especial nos países pouco desenvolvidos. Note-se que os revisionistas "teorizaram" acerca dessas questões. Diziam que nos países atrasados a prioridade devia ser dada à indústria leve e que a coletivização poderia esperar um longo período.

A Albânia manteve-se fiel

ao esquema de Marx sobre a correlação entre os dois setores fundamentais — o dos meios de produção, prioritário, e o de consumo, derivado. Fiel também à idéia de que a coletivização, muito superior econômica e socialmente à pequena produção individual, deve ser efetuada em prazos razoáveis. Mas levou em consideração as condições reais de pobreza generalizada do país. Aplicou os princípios adequadamente. Fugiu ao dilema do primeiro este, depois aquele. Recorreu à simultaneidade gradativa.

A indústria pesada começou pelas minas, pela extração das riquezas do subsolo, fase transitória que devia alimentar a indústria de transformação. Daí até a construção da grande siderurgia passou-se por diversos estágios, ao mesmo tempo que se desenvolviam os ramos da produção industrial de consumo. "Exigindo a ativação em larga escala — escreve Ramiz — dos nossos recursos naturais, Hoxha tinha os olhos postos na siderurgia e na metalurgia do cromo, na petroquímica e na produção de maquinaria complexa. Com semelhante lógica não separava o desenvolvimento em amplitude do desenvolvimento em profundidade da indústria, se-

Arquivo



Da esquerda para a direita: Ramiz, Amazonas, Enver e Arruda

não que os via como dois processos simultâneos."

De igual forma foi encarada a coletivização rural. A Albânia tem hoje uma economia agrária bastante desenvolvida. Mas esta conquista alcançou-se batalhando em duas frentes. No início, a da produção individual livre, contando com a ajuda do Estado, e a da cooperativa camponesa em nível rudimentar. Aos poucos foi predominando a forma cooperativista, que elevava também seu nível organizativo e técnico, assegurando maior produtividade. Durou mais de 20 anos a luta para concluir a coletivização que compreendia o trabalho de persuasão para obter o consentimento voluntário dos camponeses. "Nosso Partido — assinala Ramiz — não queimou etapas nesta questão cardinal da revolução, não se apressou, fez cada coisa no seu devido momento."

As vias percorridas para chegar à industrialização, à criação da energética e às formas mais elevadas de economia rural efetuaram-se sem precipitação, mas com férrea determinação. Não se chegou ainda ao ápice previsto do planejamento estratégico, mas caminha-se nesse sentido, continuamente, com perseverança.

LIBERTAÇÃO CULTURAL

Dialeticamente a Albânia enfrentou também — como mostra Ramiz Alia — questões relativas ao ensino e à cultura. Após sua libertação, o país defrontava um quadro crítico no que respeita à instrução pública. Predominava o analfabetismo, não existiam cursos superiores, a própria língua sofria as conseqüências do atraso e da longa ocupação otomana. Todavia a cultura do povo era encarada como "fator importante para a consolidação da evolução e o fortalecimento ininterrupto do espírito e das idéias revolucionárias". Aqui também se jogou com a simultaneidade. Ao mesmo tempo que impulsionava o ensino das primeiras letras, tentavam-se criar quadros para passar à escola de oito graus e a de nível médio. E não se perdia de vista a fundação da universidade. Improvisaram-se professores, instalaram-se salas de aula em casas de camponeses e trabalhadores, procurou-se atrair as crianças à escola primária. Foi heróica a luta no terreno do ensino e do saber. Realizaram-se três reformas no setor de educação: em 1946, 1960 e 1968. Esta última para melhorar radicalmente o ensino e pa-

ra a revolucionarização da escola como parte da atividade do Partido visando a idêntico procedimento na vida do país. Não se esperou que, primeiro, tudo estivesse em seu lugar, bem preparado, para depois pensar em fundar a universidade. Enver Hoxha, desde o início da construção socialista, alimentava tal propósito. Em 1956, recomendava aos órgãos do governo trabalhar nesse sentido, pois se fazia premente acelerar a preparação de quadros para o desenvolvimento nacional. Haveria dificuldades, mas, como diz a canção popular, "quem sabe faz a hora". Pouco importava que "desde o primeiro dia as lições não fossem brilhantes, que os estudantes não tivessem em mãos todos os textos e que os laboratórios não estivessem terminados". "Começamos" — disse Enver — "e logo, no curso do trabalho, superaremos as dificuldades". Em outubro de 1957 inaugurava-se a Universidade de Tirana, a primeira na história da nação albanesa. Afirmou-se como importante centro cultural. É hoje uma Instituição renomada.

ESCOLA DO MARXISMO-LENINISMO

A leitura do livro de Ramiz Alia ajuda a entender o marxismo-leninismo como instrumento de ação política e de atuação revolucionária na solução de problemas concretos da revolução e da edificação socialista. Permite conhecer melhor o papel desempenhado por Enver Hoxha, suas idéias, seu pensamento político avançado. Apoiando-se na ciência social de Marx e Engels, enriquecida por Lênin e Stálin, o chefe da Revolução Albanesa deu contribuições novas, fundamentais, à doutrina do proletariado, particularmente no que respeita ao processo revolucionário nos países menos desenvolvidos. Ramiz Alia é discípulo de Enver Hoxha. Soube captar e valorizar desde a sua juventude as opiniões de Enver emitidas em diferentes oportunidades. Em parte, baseou sua formação e seu trabalho nas idéias marxistas-leninistas do grande líder do povo albanês. É o continuador da obra do mais eminente filho da terra de Skanderbeu. Pesa sobre ele a responsabilidade de dirigir no rumo apontado por Enver a Albânia socialista, tarefa que se realizou no curso dos comunistas e de todo o povo desse país.

* Presidente nacional do PCdoB

A Rússia ataca a Geórgia

Arquivo

Carlos Pompe

A grave crise das nacionalidades que se abate sobre a União Soviética eclodiu, agora, na Geórgia. O governo de Mikhail Gorbachev deu a resposta de costume ao movimento: repressão sangrenta. No dia 9, o Exército russo atacou uma passeata de 8 mil pessoas em Tblisi, a capital georgiana, com bombas de gás e metralhadoras. Segundo Genady Gerasimov, porta-voz do Kremlin, "em qualquer país do mundo" há repressão a manifestações populares... Fala-se em 30 mortos e mais de 250 feridos na região.

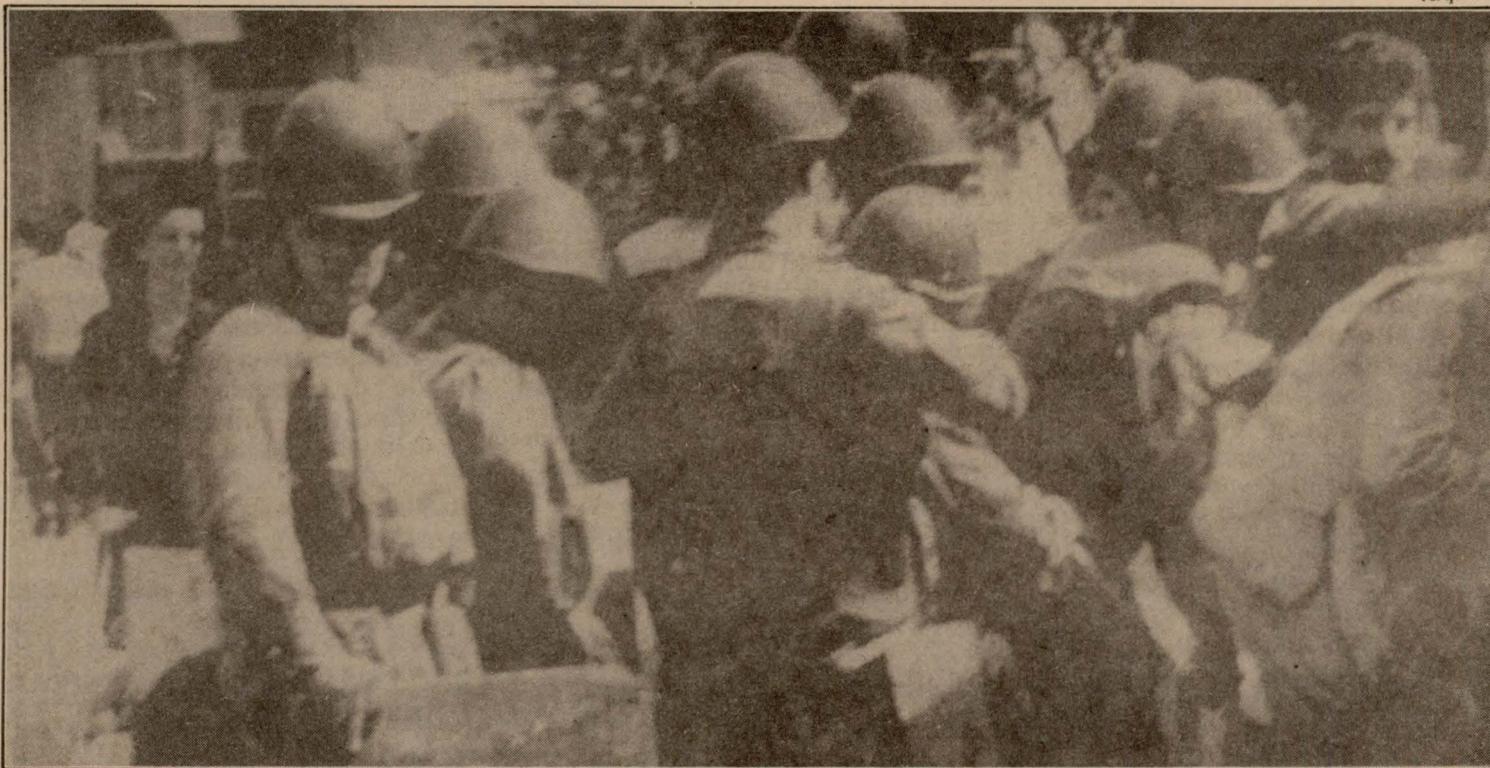
A passeata era em apoio a 100 nacionalistas em greve de fome pela "independência da Geórgia". O chefe do partido revisionista local, Djumber Patiashvili, pediu ao seu colega Gorbachev que enviasse o Exército para reprimir o movimento. Impôs o toque de recolher e mandou confiscar as "armas" da população — na verdade, espingardas de caça (foram recolhidas 66 mil). Mandou prender mais de 400 opositores.

A população ficou indignada com o servilismo de Patiashvili diante do Kremlin. As manifestações se multiplicaram, inclusive com a convocação de greve geral. Patiashvili foi chamado de "traidor dos georgianos" nas ruas. O dirigente revisionista não teve outra saída se não reconhecer seu fiasco. "A tragédia ocorreu, e nós somos os responsáveis", afirmou Patiashvili, e renunciou à direção do PC da Geórgia. Foi substituído por Givi Gumbaridze, também fiel a Gorbachev e aliado de Moscou.

No dia 17, o toque de recolher foi suspenso. Um georgiano foi preso, três feridos e cerca de 200 foram presos por "circularem nas ruas após as 21 horas". Comenta-se que policiais da Geórgia chegaram a entrar em enfrentamento com o Exército russo no auge das manifestações.

Império russo

Várias nacionalidades soviéticas estão se levantando contra o domínio russo, ressuscitado após a tomada do poder pelos revisionistas na URSS em meados dos anos 50. Desde então, Kruschev e seus sucessores reintroduziram no país, antes socialista, as classes exploradoras. E são as classes exploradoras as organizadoras dos choques entre as nações. São elas que buscam o domínio, umas sobre as outras, cultivam a desconfiança mútua e atacam as paixões nacionalistas.



Tropas da Rússia fazem revista de populares em Tblisi, capital da Geórgia

Com o revisionismo no poder, o Kremlin buscou reconstruir o império russo, esmagando as culturas nacionais dos povos. A federação soviética foi substituída pelo avassalamento das demais repúblicas à república russa. O russo foi propagado como o "idioma supranacional". As funções melhor remuneradas, os cargos de mando passaram a ser privilégio de pessoas de origem russa. Buscou-se a "russificação" das várias nacionalidades, inclusive através do incentivo do casamento de mulheres azerbaijanas, armênicas etc. com homens russos.

Atualmente, apenas dois, dos 13 membros do Politburo do PCUS não são russos!

Sem saída

Os distúrbios entre as nacionalidades não tiveram início agora, com o poder de Gorbachev. Já vem de longe o des-

contentamento com a descaracterização da URSS como uma união fraternal de nações. Ocorre que, com a "perestroika", quando o capitalismo revisionista tira a máscara e assume abertamente sua feição de sociedade onde impera a exploração de uma classe sobre a outra e a busca do lucro, as reivindicações nacionalistas ganharam um vulto antes desconhecido.

No ano passado, a XIX Conferência do PCUS aprovou uma resolução sobre a crise nacional. Apesar da tentativa de encontrar suas causas no passado remoto, até na política seguida por Lênin, a conferência não pôde adotar ou sugerir nenhuma medida concreta. Limitou-se a declarar que, anexo ao Soviete Supremo da URSS, aos soviets das repúblicas e aos soviets locais, seriam criadas "comissões de relações interétnicas" e que um pleno especial do Comitê Cen-

tral iria se dedicar à questão das nacionalidades.

Hoje, quase um ano depois, ficou demonstrado que essa maquiagem no domínio russo sobre as demais nações fracassou. Na verdade, o revisionismo, assim como o capitalismo de um modo geral, não tem como solucionar o problema nacional. Disso dá mostras o problema dos bascos na Espanha; da população húngara na Romênia; da população albanesa na Iugoslávia; dos sirkhis na Índia etc.

Socialismo, a solução

Isso não significa, contudo, que o problema nacional é insolúvel. Pelo contrário, a sua solução é bastante concreta, já foi provada na própria União Soviética, na época de Lênin e Stálin, e mesmo hoje, na Albânia, é exemplificada pelo tratamento dado à minoria grega naquele país.

Com a tomada do poder pela classe operária e o fim do sistema de exploração do homem pelo homem, são criadas as condições objetivas para que todas as nacionalidades vivam em harmonia. Exemplo disso foi a Constituição da URSS, adotada em 1936. Uma Constituição "profundamente internacionalista. Parte do princípio de que todas as nações e raças são iguais em direitos. Parte do princípio de que as diferenças de cor ou de idioma, de nível cultural ou de nível de desenvolvimento estatal, assim como qualquer outra diferença entre nações e raças, não podem servir de base para justificar a desigualdade entre as nações. Parte do princípio de que todas as nações e raças, independentemente de sua situação passada e presen-

te, independentemente de sua força ou debilidade, têm que desfrutar de iguais direitos em todas as esferas da vida econômica, social, estatal e cultural da sociedade".

O autor dessas palavras era um georgiano. Um georgiano que chegou à liderança da vida política de toda URSS na época da construção do socialismo: Josef Stálin. E o que ele afirmou estava tão embasado na realidade, a política que aplicou se mostrou tão justa que, poucos anos depois, quando o Exército nazista invadiu a União Soviética, não encontrou "lideranças nacionalistas" ou sentimentos chauvinistas entre a população para se apoiar. Pelo contrário, o que o Exército nazista encontrou foi a derrota na guerra, graças ao enfrentamento heróico que todas as nacionalidades soviéticas, irmanadas pelo internacionalismo proletário, lhe impuseram.

Hoje a situação mudou diametralmente. Lideranças nacionalistas (burguesas) aproveitaram-se do justo descontentamento dos trabalhadores das várias nacionalidades contra o domínio russo para buscar um quinhão maior na exploração dessas mesmas nações. Não foi por acaso que o chanceler soviético, Eduard Shevardnadze (georgiano, diga-se de passagem) comparou a federação da URSS com a dos Estados Unidos. Em ambas impera a dominação de uma classe sobre a outra. Em ambas há desigualdades regionais profundas. Em ambas há a exploração da classe operária pela burguesia. E em ambas as várias facções da burguesia buscam expandir seu domínio (e exploração) sobre o "território" da outra.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Torturadores venceram mas não convenceram

O plebiscito realizado dia 16, no Uruguai, acabou aprovando a anistia aos militares, dada pelo governo de Júlio Sanguinetti. Foram 1.018.856 contra 777.220 votos. Cerca de 500 mil uruguaios que moram no exterior — muitos deles obrigados a sair do país à época da ditadura militar — não puderam votar.

A convocação do plebiscito foi uma vitória dos setores progressistas e do povo contra o governo de Sanguinetti, que se apressou a anistiar os militares que mataram e torturaram opositores. Para sua

realização, a Comissão Nacional Pró-Referendo e várias entidades democráticas se lançaram ao paciente trabalho de recolher 550 mil assinaturas de eleitores. O governo ainda tentou protelar ao máximo a votação, mas não teve como evitá-la.

Em Montevideu, a capital, o repúdio à anistia aos torturadores venceu o pleito, mas a diferença de votos no interior do país acabou garantindo a impunidade aos militares criminosos. Segundo o escritor Eduardo Galeano, "calcula-se que um em cada 50 uruguaios tenha passado pela tortura, e

não há um torturador na cadeia".

Para Matilde Rodríguez, presidente da Câmara dos Deputados e da Comissão Nacional Pró-Referendo, a anistia aos torturadores "significa desconhecer que durante mais de 12 anos, aqueles considerados subversivos e tantos outros que não o eram, sofreram a prisão e perseguições. Os militares que cometeram delitos nunca foram responsabilizados, sequer indagados". A lei da anistia beneficiou 180 militares acusados de 164 assassinatos e centenas de casos de tortura.

Arquivo



Os torturadores foram derrotados em Montevideu, capital uruguaia

Suécia não quer ficar sem os desempregados

O governo da Suécia está desolado: apenas 1,3% dos seus quase 6 milhões de trabalhadores não encontram emprego! Segundo Allan Larson, do departamento geral de mercado de trabalho, os dados, referentes a março, refletem uma sensível "falta de mão-de-obra". Economistas alertam para sinais de uma "economia enferma"... Como se vê, o capitalismo não consegue viver sem o desemprego.

Para os burgueses é fundamental um exército de reserva de mão-de-obra, que lhe possibilite aviltar os salários. Se todos conseguem trabalho (na verdade uma exceção do capitalismo, que só ocorre devido às especificidades momentâneas da economia), o sistema fica "enfermo".

Também Hong Kong, colônia britânica, está "sofrendo" o mesmo problema: a taxa de desemprego caiu para 1,2% no trimestre de dezembro de 88 a

fevereiro deste ano. Os economistas burgueses temem que a "falta de mão-de-obra" leve a aumentos salariais, que serão traduzidos em preços mais altos, elevando a inflação que, em fevereiro, atingiu a taxa anual de 10,5%. No capitalismo é assim: combate-se a inflação com uma política recessiva, que leva ao desemprego, no Brasil; e em Hong Kong a pequena taxa de desemprego causa inflação!!!

China anuncia os novos ricos

O governo da China informou que, depois de 10 anos de reformas políticas e econômicas beneficiando empresas capitalistas no país, já existem cerca de 4 mil milionários e mais de 400 mil empresas privadas, principalmente no setor de comércio e pequena indús-

tria. Sintomaticamente, o governo preferiu silenciar sobre o número de desempregados e sobre a queda do valor dos salários que ocorreram nesse decênio.

Outra "virtude capitalista" que ganhou novo alento na China foram os acidentes de

trabalho. No dia 8, pelo menos 19 mineiros morreram em consequência de uma explosão numa mina de carvão na província de Hebei. No mesmo dia, em Luanping, outra explosão em mina deixou nove pessoas feridas e quatro desaparecidas.

Inflação britânica é a maior desde 82

A inflação acumulada em 12 meses na Grã-Bretanha foi de 7,9% em março, a maior taxa registrada desde 1982, segundo o Departamento do Emprego. O órgão governamental também anunciou que o déficit comercial atingiu o recorde de 35 bilhões de dólares no ano passado. A solução para o

problema, implementada pelo governo de Margaret Thatcher, é aumentar os juros (no ano passado, pularam de 7,5% em abril para 13% em novembro) e o custo de vida, que chegará ainda neste ano a 8%. Na concepção do governo, os pobres é que devem pagar pela crise causada em interesse dos ricos...

EUA prendem mais de mil ecologistas

Mais de mil presos. Foi assim que a chamada "maior democracia do mundo", os Estados Unidos, respondeu ao protesto contra explosões nucleares subterrâneas no deserto de Nevada. Os manifestantes organizaram uma manifestação chamada "retomada do local de testes nº 11", que exige a retirada das forças militares e a devolução das terras aos índios que habitavam a área.

Ao tempo em que posa de "grande defensor do meio ambiente", querendo inclusive internacionalizar a Amazônia brasileira para "protegê-la das queimadas", o governo norte-americano, em seu próprio solo, investe contra ecologistas e populares e agride a natureza, de forma irreversível, com seus testes nucleares.

Vereador comunista homenageia palestinos

Por iniciativa do vereador Aldo Rebelo do PCdoB de São Paulo, foi realizada uma homenagem ao povo palestino e sua "intifada" (levante) na Câmara Municipal, dia 11 de abril. Estiveram presentes à solenidade o vice-representante da OLP no Brasil, Fawzi El-Mashni; Ali El-Khatib, responsável do setor cultural da entidade no país; e Emir Mourad, secretário-geral da Sociedade Árabe-Palestino-Brasileira de São Paulo.

Os palestinos dos territórios ocupados estiveram representados por Gamal Hindi, estudante de último ano de Psicologia, e Hussan Khader, estudante de Administração, ambos da Universidade de Al Na-

jah, Nablus, Cisjordânia.

Hindi e Khader tiveram que deixar seus estudos por serem líderes do levante popular contra a ocupação pelo Exército de Israel dos territórios palestinos. Eles foram presos 13 vezes e finalmente deportados de sua terra natal. Foram obrigados a deixar escolas, trabalho, famílias...

O amor que sentem por sua terra é tão grande que Gamal Hindi não hesitou em afirmar: "Gostaria de estar preso em minha terra palestina, pois estaria em contato com ela. Hoje permaneço longe dela, sem poder participar ativamente das lutas de meu povo". No dia 11 fez exatamente 1 ano que Gamal foi deportado. (Lejeune Mato Grosso)

Arquivo



Mulher palestina enfrenta, com pedras, soldados de Israel

Os papéis da ciranda financeira

Antonio Martins

O sistema financeiro nacional assumiu proporções descomunais nos últimos anos. E se transformou num mecanismo que amplia a exploração sobre os trabalhadores, concentra riqueza e permite que as grandes empresas mantenham altas taxas de lucros, mesmo com a economia estagnada ou em recessão.

Para as grandes empresas brasileiras os últimos anos têm sido muito bons. No último dia 9, a empresa de consultoria Mellinger e Almeida Prado divulgou um amplo e detalhado estudo a respeito dos balanços relativos a 88 que 73 dos principais grupos econômicos do país fizeram publicar nas últimas semanas nos jornais. Os resultados não poderiam ser mais expressivos. O estudo mostra que em seu conjunto as empresas alcançaram lucratividade substancialmente superior à obtida em 1987. E mais. O lucro líquido médio registrado nos balanços chegou a superar em 99,4% a valorização do dólar.

Para a economia brasileira os últimos anos têm sido muito ruins. Em 10 de abril, apenas um dia, portanto, depois da Mellinger e Almeida Prado divulgar seus índices alentadores, foi a vez do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE — vir a público para falar da atividade industrial do último mês de fevereiro. Os números, desta vez, não davam margem para qualquer análise otimista. A produção da indústria brasileira caiu nada menos que 9,9% em relação ao mesmo mês do ano passado. Por si só, este dado indica uma queda como não se via desde julho de 83, período em que o país estava mergulhado numa forte recessão. Como se não bastasse, o IBGE informou que um resultado tão negativo só foi obtido porque absolutamente todos os setores industriais pesquisados acusaram queda de produção. Algo igual não ocorria desde 1982.

Produção industrial caiu abaixo dos níveis obtidos em 81

Mais grave ainda, porém, é o fato de a diminuição da atividade industrial não poder ser vista como um fenômeno passageiro, ou acidental. Ela representa apenas um momento especialmente desfavorável dentro de uma conjuntura de estagnação que já dura quase uma década. Tanto é assim que o IBGE revelou que a pro-

dução global da indústria situou-se em fevereiro 3,22% abaixo do patamar atingido em 1981.

Que estranho mecanismo permite que as grandes empresas mantenham taxas razoáveis de lucros mesmo em momentos em que a economia permanece estagnada ou mergulha em plena recessão? Se a produção de mercadorias está estancada, de onde vem a riqueza que impede as companhias de quebrarem e ainda permite que elas cresçam? Será possível manter esta situação indefinidamente?

No último dia 11, o economista Luiz Carlos Mendonça

de Barros, diretor da Corretora Planibanc concedeu à "Classe Operária" entrevista em que discorreu a respeito do crescimento monumental do sistema financeiro brasileiro verificado nos últimos nove anos. Os dados que ele apresentou são valiosos em dois sentidos.

Primeiro, eles constituem uma descrição detalhada do fenômeno que a população acostumou-se a chamar de "ciranda financeira", e que está certamente relacionado com as perguntas formuladas acima. Segundo, eles talvez sejam úteis à tarefa de construir uma teoria capaz de explicar a relação mais profunda entre a "ciranda" e o processo geral de acumulação capitalista.

Mendonça de Barros é um homem mergulhado no mundo do mercado financeiro há bem mais de dez anos. Foi colaborador dos jornais "Opinião" e "Movimento" onde chamou a atenção, nos meados da década de 70, para o rá-

pido crescimento da dívida externa brasileira. Mais tarde, entrou para o ramo da corretagem de valores. Ligado aos grupos de economistas do PMDB, foi chamado pelo ministro Dilson Funaro para integrar a diretoria do Banco Central, onde permaneceu até meados da gestão Bresser.

Do pagamento dos juros externos surgiu a ciranda financeira

Ao contrário da maior parte dos estudiosos, que se esforça para esconder ou para mistificar os motivos que determinaram o agigantamento do mercado financeiro, Mendonça de Barros faz questão de apontar que na raiz do fenômeno estiveram dois movimentos básicos, ambos ligados à dívida externa.

A partir do início da década uma alta sem precedentes nas taxas de juros internacionais modificou o papel ocupado pelo Brasil no mercado mun-

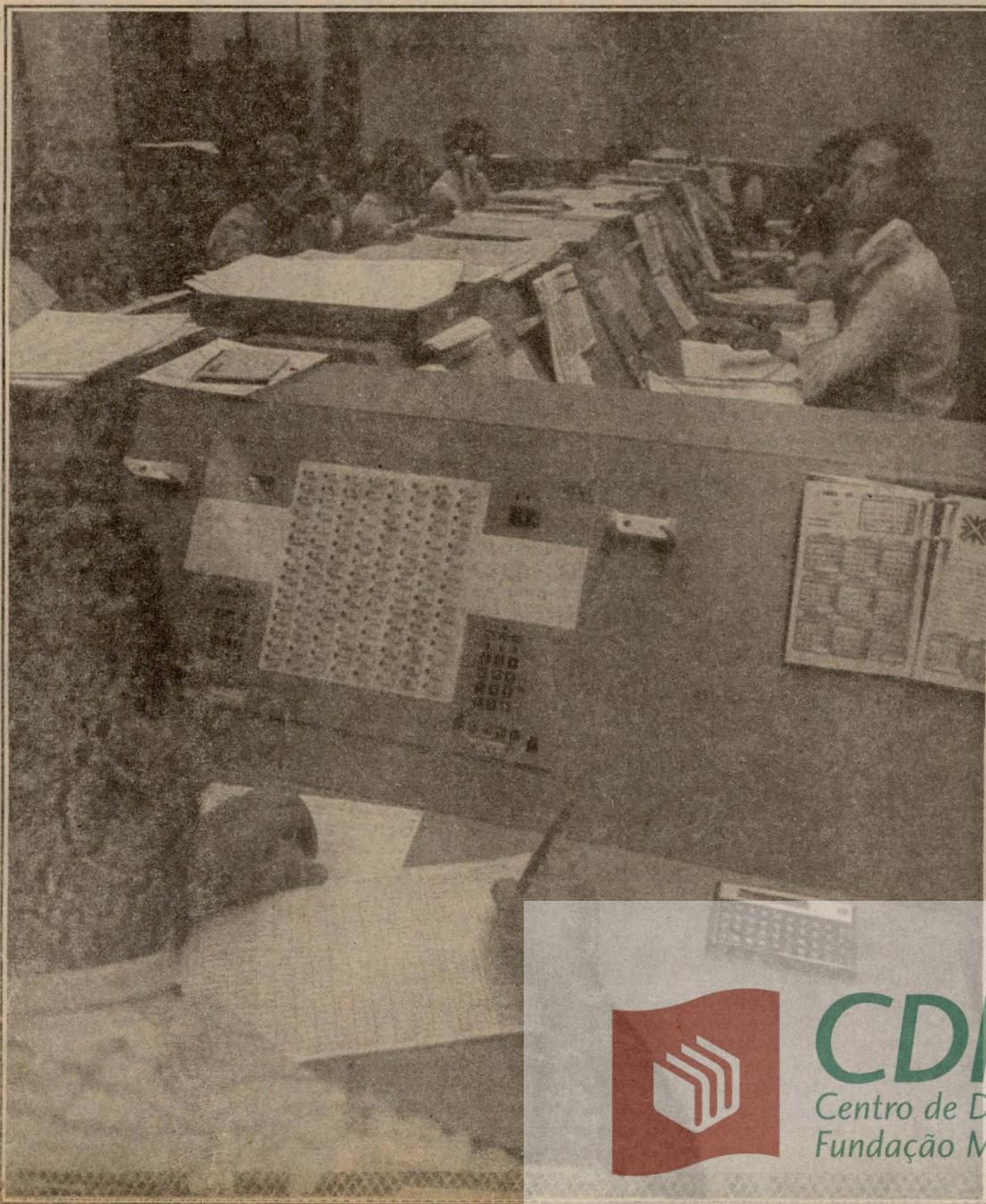
dial de dinheiro. O país, que até então tinha sido um dos principais centros recebedores de empréstimos, e que acumulara uma dívida de dezenas de bilhões de dólares começou a enviar ao exterior um volume de juros muito superior aos novos empréstimos que recebia. A situação deteriorou-se ainda mais a partir de 82, quando os credores suspenderam inteiramente os financiamentos. A economia passou a remeter aos credores cerca de 12 bilhões de dólares por ano, algo com peso superior às indenizações que foram impostas à Alemanha após a I Guerra Mundial, e que levaram o país a uma hiperinflação histórica.

O governo jogou sobre o povo a dívida das empresas

Perto de 80% dos empréstimos contratados no exterior haviam sido tomados por empresas particulares. Em condições normais, a enorme alta dos juros causaria a descapitalização profunda das empresas devedoras, e provocaria uma enorme onda de falências no setor privado.

O Estado promoveu então uma operação a que os grandes jornais jamais deram destaque, mas que ficará registrada na história do país como um ato de favorecimento sem qualquer paralelo em nossa vida econômica. Ele promoveu a realização de operações financeiras que levaram, num prazo de poucos meses, à estatização quase completa da dívida externa. Um estoque monumental de dívidas, que pesava sobre os ombros dos grandes grupos econômicos foi descarregado nas costas do Tesouro Nacional, e do conjunto da sociedade brasileira.

O enorme crescimento do mercado financeiro que ocorreu ao longo da década nada mais é, no fundamental, que um mecanismo construído para viabilizar o pagamento dos juros desta dívida externa estatizada. Isso porque o Estado brasileiro não tem capacidade de produzir mercadorias que possam ser trocadas pelos dólares que ele remete a cada mês ao exterior. Ele recorre então a operações que são extremamente complexas, mas que consistem em linhas gerais em promover uma política econômica que force a população a produzir, em recolher os dólares que foram obtidos pelo conjunto dos capitalistas com a



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

exportação de mercadorias produzidas e não consumidas aqui e usá-los pra honrar a dívida externa; e em pagar estes capitalistas emitindo moeda ou títulos públicos — endividando-se internamente, portanto.

Títulos do Tesouro em poder do público superam US\$ 50 bi

Este endividamento é com certeza o mais marcante de todos os movimentos ocorridos na economia brasileira nos últimos anos. Até o fim de 81 o Estado havia acumulado uma dívida interna equivalente a 17,07 bilhões de dólares. Bastaram quatro anos para que os débitos chegassem a US\$ 24,74 bi, no fim de 85. No início de 1988 ela havia passado ao patamar de US\$ 32,8 bi, e ao final do ano atingira a casa dos 40 bilhões de dólares. Após três meses de Plano Verão há cálculos indicando que houve uma nova superaceleração, e que o Estado passou a dever aos detentores de títulos públicos uma quantia superior a 50 bilhões de dólares. Somando-se a isto o montante depositado nas cadernetas de poupança, hoje também de responsabilidade estatal, o total da dívida pública beira os 100 bilhões de dólares.

O Estado não pode endividar-se desta maneira, porém, sem provocar novos e profundos movimentos na órbita econômica. O primeiro deles é o chamado “encurtamento do perfil” da dívida. Num certo momento, os credores passam a desconfiar da capacidade do Estado em sustentar a ciranda. Por isso, exigem que ele lhes ofereça títulos capazes de serem resgatados, isto é, trocados por dinheiro, em prazos cada vez mais curtos. Isto tem o efeito de transformar a hiperinflação numa ameaça sempre presente, pois de um momento para outro a economia pode ser literalmente inundada com moeda.

Efeito da ciranda: enriquecimento fabuloso dos ricos

O segundo movimento, e certamente o mais importante, é o enriquecimento cada vez maior dos credores da dívida interna. Ele ocorre porque os detentores de títulos públicos passam a exigir não apenas prazos mais curtos, mas também e principalmente juros mais altos. Nos 60 dias que se seguiram ao início do Plano Verão os juros atingiram, já descontada a inflação, taxas reais de cerca de 15% ao mês, que para Mendonça de Barros são provavelmente “as mais

altas da história econômica”.

Mas quem são os que ganham com os juros pagos pelo Estado? Um outro ex-assessor do ex-ministro Dilson Funaro, o professor de economia da Universidade de Campinas João Manuel Cardoso de Melo revelou em entrevista ao jornal “Gazeta de Pinheiros”, no último dia 16, os dados de um estudo que está em vias de conclusão naquela universidade. O estudo mostra que boa parte dos títulos da dívida interna está hoje concentrada nas mãos de apenas 150 grandes grupos — multinacionais e nacionais, bancos, empreiteiras e exportadores. Quando os entrevistados lhes indagaram se isto não fazia do Brasil um dos países mais desiguais do mundo, João Manuel respondeu prontamente: “O mais desigual.”

Se os aplicadores enriquecem, quem estará perdendo?

A pergunta que se faz a seguir é: de onde saem os fantásticos ganhos auferidos pelos credores da dívida pública? É evidente que ao imprimir títulos ou dinheiro o Estado não está criando novas riquezas, pois se fosse assim bastaria acelerar o funcionamento da Casa da Moeda para resolver as terríveis carências de que padece a população brasileira. O que ocorre, explica novamente o economista Mendonça de Barros, “é uma brutal transferência de renda, do

conjunto da sociedade para os portadores de títulos do governo.

Esclarecido este ponto, falta saber de que forma a transferência de renda interfere no processo geral de reprodução de capital e de geração de mais-valia descrito por Marx. Esta é uma questão de extrema importância, pois apenas com a resolução dela será possível conhecer os limites de processos de endividamento como os que ocorrem hoje no Brasil e em outras partes do mundo; conhecer em detalhes suas conseqüências; e estabelecer previsões científicas para o futuro imediato da economia.

É provável que a chave do enigma esteja em compreender as mudanças profundas que ocorreram no sistema financeiro a partir das primeiras décadas deste século, quando o Estado passou a ser seu agente principal; e as transformações igualmente relevantes operadas no papel da moeda na economia capitalista.

O sistema financeiro modificou-se muito depois de Marx

Quando Marx escreveu “O Capital” o pagamento e recebimento de juros era uma relação que se dava fundamentalmente entre capitalistas, com a intermediação dos bancos. Quando um capitalista dispunha de uma quantidade de mais-valia que não desejava

empregar imediatamente no aumento da produção, ele emprestava o dinheiro a um banco, e recebia juros. Por sua vez, um outro capitalista que precisasse realizar investimentos com urgência e que ainda não houvesse acumulado massa de mais-valia suficiente para tanto tomava emprestado do banco, e pagava juros. As transações financeiras resultavam apenas, portanto, num processo de giro da mais-valia entre capitalistas.

Que terá acontecido a partir do momento em que o Estado torna-se ao mesmo tempo o emprestador e o tomador de empréstimos principal? Que tipo de relação se produz quando por exemplo ele arrecada impostos do conjunto da sociedade — inclusive dos assalariados — e transfere parte significativa destes impostos para os grandes capitalistas?

Voltando à realidade brasileira, a massa de mais-valia extraída é a mesma numa situação em que os juros são zero e numa outra, em que uma política de juros estratosféricos transfere um enorme volume de riqueza dos trabalhadores para os empresários? Ou, ao contrário, a taxa de juros tornou-se hoje um instrumento indireto, e suplementar, de exploração da força de trabalho?

Vamos supor, como hipótese, que a segunda alternativa seja a correta. Se assim for, então será possível entender com maior precisão o papel do

agigantamento do mercado financeiro, e abandonar a idéia superficial de que ele é principalmente “um instrumento para desviar dinheiro das atividades produtivas para a especulação”.

Aliás, a enorme ciranda financeira montada a partir do início da década passa a ser vista não mais como a origem de um enorme rombo nas finanças públicas e sim como um mecanismo montado para financiar um rombo que aconteceu no momento preciso em que o Estado assumiu o ônus monumental da dívida externa.

Por isso, o pagamento constante de juros elevados aos detentores de títulos do governo é na verdade uma forma de compensar, mesmo que parcialmente, os problemas causados pela remessa de uma parcela expressiva da mais-valia para o exterior, a título de serviço da dívida externa. O pagamento de juros elevados, junto com o aprofundamento do arrocho salarial, amplia a exploração sobre os assalariados, para recompor parte dessa mais-valia. Ao mesmo tempo, porém, a ciranda permite às grandes empresas nacionais e multinacionais manter lucros elevados, mesmo quando a economia está estagnada ou em plena recessão, e mesmo quando transcorrem longos períodos em que o nível de investimentos na indústria permanece em patamares reduzidos.



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A vida dos assalariados piorou sensivelmente nos últimos anos. Terá o pagamento de juros se transformado num instrumento de exploração?

EDUARDO SUPLYCY

“A Câmara demandava esta devassa”

Entrevista a José Reinaldo Carvalho e Umberto Martins

Ultimamente a Câmara Municipal de São Paulo tem sido presença constante e quase obrigatória nos jornais. A nova administração, presidida por Eduardo Matarazzo Suplicy, submeteu a instituição a uma verdadeira devassa com a finalidade de limpar a podridão herdada das gestões anteriores. Suplicy falou à Classe sobre este e outros temas da atualidade.

Classe — Como o sr. analisa o fenômeno da imoralidade administrativa no Brasil e, ligado a isso, o desgaste do Poder Legislativo em todos os níveis?

Suplicy — A determinação de não permitir que haja desvio de recursos públicos é no sentido de tornar o Parlamento em qualquer nível e particularmente a Câmara Municipal de São Paulo, um centro de debate, uma casa dos representantes do povo que precisa ser respeitada. Mas só será na medida em que conseguirmos fazer uma verdadeira limpeza relativamente aos procedimentos incorretos que aqui detectamos. É um direito da opinião pública saber quais foram os desvios e irregularidades aqui constatados. Por esta razão é que a devassa em profundidade que estamos realizando está sendo levada ao conhecimento da opinião pública através dos órgãos de imprensa. É importante que os atos administrativos sejam transparentes e que a descoberta das irregularidades se torne conhecida. Isto fortalecerá a imagem do Poder Legislativo que deve se fazer respeitar.

A irregularidade na Câmara prosperou em função da impunidade

Classe — A que o sr. atribui essa imoralidade?

Suplicy — Acho que houve impunidade por muito tempo, conivência por parte de quem assumiu a Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo. Não houve esforços consideráveis para se corrigir o que se detectava, os vícios iam se aprofundando. O depoimento dos funcionários envolvidos, como por exemplo aquele que confessou ter realizado aplicações de recursos da Câmara Municipal na sua própria conta bancária pessoal e de outros funcionários, foi justamente no sentido

de que ele viu tantas irregularidades acontecerem nesta Casa, por 12 anos seguidos, que no último ano ele resolveu, também, beneficiar-se de maneira irregular. Ele mencionou que chegou a saber como ex-vereadores e até ex-presidentes da Câmara tinham entendimentos com proprietários de empresas de ônibus, sendo por elas beneficiados graças a atitudes que aqui tinham em defesa dos interesses das empresas. Depois essas pessoas galgaram postos mais elevados na vida nacional, inclusive o cargo de ministro. Então, por causa disso, ele se viu motivado a também se beneficiar. Eu cito este exemplo para mostrar como a impunidade de pessoas poderosas estava gerando nas pessoas de menor escalão a vontade de também participarem de atos irregulares. Infelizmente o mau exemplo acaba tendo repercussões negativas.

Classe — Há uma opinião corrente de que a corrupção e a imoralidade são inerentes à atividade política. Tanto que se utiliza os casos que vêm à tona para desmoralizar a política em geral. O que a impunidade a que o sr. se refere tem a ver com o período da ditadura militar, com o autoritarismo?

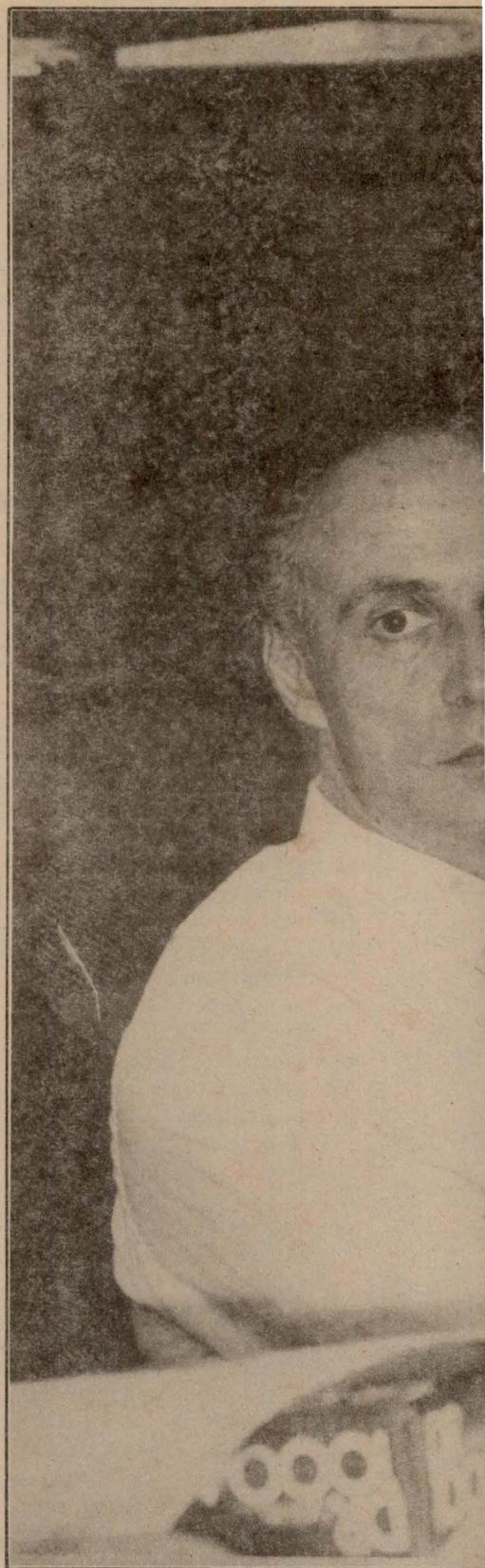
Suplicy — Não há dúvidas de que durante o regime militar, os casos de corrupção, de desvio de verbas públicas, casos de licitações com cartas marcadas nos mais diversos níveis governamentais foram abafados. Mesmo a “Nova República” especializou-se em colocar panos quentes em muitos casos que deveriam ter sido desvendados. Cito, por exemplo, o caso Coroa Brastel, o caso Delfin, o caso Capemi e tantos outros que se tornaram famosos. Em função disso, a impunidade continua gerando o descrédito nas instituições, nas leis, na justiça, levou muitas vezes a que pessoas nas camadas mais pobres, mais marginalizadas da população resolvessem também agir no caminho da marginalidade. Só que a experiência tem

demonstrado que no Brasil os mais pobres acabam sendo punidos, às vezes até com extrema violência ou com formas de justiça inadequadas, sendo encarcerados em celas superlotadas. Em todas as cadeias normalmente encontramos pessoas mais pobres e dificilmente encontramos pessoas que, embora tendo cometido verdadeiros assaltos aos cofres públicos, conseguem sempre fugir das barras da justiça.

Classe — O sr. acha que com a nova realidade que emergiu das urnas de 15 de novembro de 1988 há melhores condições políticas para o enfrentamento deste problema?

Suplicy — Não tenho dúvida de que houve um avanço significativo das forças progressistas nas últimas eleições de 1988 e isto demonstra um quadro de esperança para o povo brasileiro. As forças democráticas e progressistas têm conseguido um avanço muito grande em favor de mais diversos movimentos populares. Nesses meios há uma vontade muito grande de transformar as instituições brasilei-

Eduardo Suplicy atribui as irregularidades administrativas e malversação de recursos públicos à impunidade que prosperou durante o regime militar e continuou tendo livre curso na “Nova República”, dominada pelos conservadores. A alteração da correlação de forças propiciada pelo pleito de 1988 é que abriu as portas à moralização do Poder Legislativo



ras e há um debate muito forte a respeito da natureza do sistema, uma crítica que se aprofunda relativamente à necessidade de transformar a forma de organização sócio-econômica no Brasil. Começa a se aprofundar a consciência sobre a necessidade de conquistar uma sociedade mais justa. Acho que ainda é necessário definir melhor o que seja a forma como vai se caracterizar a nova sociedade brasileira, mas acho também que há um movimento quase inevitável historicamente dessa transformação e que começa a se expressar nas urnas. As eleições diretas para presidente da República em dois escrutínios este ano já constitui uma vitória do povo brasileiro.

Classe — Então, na sua opinião, essa campanha pela moralização administrativa que ocorre aqui na Câmara Municipal de São Paulo, se relaciona com esse avanço da consciência progressista? Mas como um avanço muito grande em favor de mais diversos movimentos populares. Nesses meios há uma vontade muito grande de transformar as instituições brasilei-

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



ra impedir que todo o prédio se incendiasse. O inquérito policial relativo ao incêndio já detectou que o motivo do incêndio foi a tentativa de evitar que se descobrisse as novas irregularidades encontradas, como por exemplo: a aplicação indevida de recursos em benefício de funcionários da Câmara, possivelmente em conluio com pessoas de nível superior, quem sabe até vereadores, em benefício pessoal; contratos ilícitos com papéis fraudados para o conserto do heliporto da Câmara Municipal; cartas marcadas na licitação de compras de serviços gráficos, vidros, móveis, enfim, quase todo o procedimento de compras de bens, equipamentos ou de serviços; a utilização de servidores da Câmara Municipal, como marceneiros, pedreiros e eletricitas na construção e/ou reforma de residências de ex-membros da Mesa diretora e do ex-diretor geral; inúmeros funcionários que, embora recebendo da Câmara Municipal, não estão efetivamente trabalhando, o que estamos corrigindo através do recadastramento e de múltiplos controles sobre a situação administrativa da Câmara.

É preciso suspender o pagamento da dívida externa

Classe — O sr. tem encontrado obstáculos e até mesmo recebido ameaças...

Suplicy — O incêndio no 13º andar foi uma ameaça concreta ao patrimônio do povo que é o edifício da Câmara Municipal. Houve, também, inúmeras ameaças por telefone ao gabinete da Presidência.

Classe — E os apoios?

Suplicy — Felizmente há compreensão da opinião pública e apoio principalmente dos partidos progressistas, particularmente do PCdoB, do PT, do PCB, e dos que compõem a Mesa Diretora: o PSDB, alguns setores do PMDB, do PSB, do PDT e mesmo alguns vereadores do PDS.

Classe — Vamos falar um pouco dos problemas gerais do Brasil. Como o sr. analisa a crise econômica?

Suplicy — Estamos em meio a uma situação de continuidade de crise profunda, porque a economia brasileira continua estagnada e num ritmo de inflação altíssima. As soluções que o governo oferece não têm interessado à maioria da população, particularmente os trabalhadores. Embora as centrais sindicais, a CUT e a CGT, tenham avançado muito em termos de organização e conseguido que os trabalhadores ao menos sejam ouvidos, na verdade os setores responsáveis pela política econômica têm compromissos muito grandes, seja com os credores internacionais, seja com os grandes grupos econômicos privados, que são os que têm peso maior na hora de definir diretrizes sobre a política econômica. Acredito que são necessárias soluções que levem em conta a necessidade de garantir aos trabalhadores o crescimento real do seu poder aquisitivo, que permitam uma mais justa distribuição da renda, uma reforma tributária no interesse da população mais pobre e medidas que venham a garantir que os gastos públicos sejam destinados de acordo com as necessidades ditadas pela maioria da população. Para isso, é necessário a democratização em maior profundidade do país e uma transformação das instituições. Eu acredito também que devemos caminhar rumo à construção do socialismo no país.

Classe — Que solução o sr. aponta para

o problema do endividamento externo?

Suplicy — É necessário suspender o pagamento da dívida externa. Precisamos fazer um verdadeiro caso internacional, demonstrar à opinião pública nacional e internacional como os recursos foram muitas vezes mal aplicados, como é que houve situações de empréstimos em que os credores internacionais ficaram com a parte do leão e o Brasil, assim como outros países devedores do Terceiro Mundo, ficaram em má situação. Por isso, é necessário que os países devedores se unam para agir em uníssono com respeito a esta questão.

Classe — Qual a sua opinião sobre a tese da internacionalização da economia, defendida inclusive por muitos economistas e políticos considerados progressistas?

Suplicy — O importante é termos controles crescentes dos trabalhadores, da população, sobre todas as unidades econômicas existentes no Brasil. É necessário avançar no grau de democratização da economia. Isto é importante para que a sociedade, os trabalhadores possam discutir até a natureza dos investimentos, onde alocar os investimentos. É preciso haver um planejamento mais democrático da forma de crescimento da economia brasileira e controlar mais o investimento internacional no Brasil. Investimento internacional vai continuar a haver, mas ele tem que estar sob o controle da população brasileira.

Classe — Independentemente dessa democratização, o que está em questão é o seguinte: os defensores da internacionalização pregam que a economia brasileira só poderá crescer ampliando a área de atuação do capital estrangeiro, uma vez que a capacidade de investimento das empresas nacionais e do Estado seria baixa.

Falta ao Jânio saúde não só física, mas sobretudo moral

Suplicy — O planejamento dos investimentos, inclusive internacionais, no Brasil, está relacionado ao controle mais democrático do sistema financeiro brasileiro. Nós defendemos a estatização do sistema financeiro. Isto contribuirá em muito para que a alocação dos recursos públicos e o planejamento dos investimentos no Brasil sejam muito melhor delineados no interesse da população.

Classe — O que o sr. diz sobre a sucessão presidencial?

Suplicy — Vejo com muito otimismo a candidatura de Lula, que já conta com o apoio do PCdoB, do PSB, do PV e de muitas outras forças progressistas. É uma candidatura que tende a crescer significativamente. É muito provável que o candidato a vice seja de força externa ao PT, o que é importante porque amplia as forças. Há outras forças importantes na disputa. A candidatura de Leonel Brizola, do PDT, é uma delas. Acho que tem sido correta a atitude do Lula de não ver em Brizola o adversário principal, porque o adversário principal está no campo da direita, que está desorganizada e sem uma força que realmente tenha respaldo na opinião pública. Existe também a candidatura do PSDB de Mário Covas, que é respeitável, e com quem temos uma relação de respeito e diálogo. Eu imagino que é possível, inclusive, que no 2º turno ve-

nhamos a ter o apoio tanto das forças do PDT quanto do PSDB à candidatura do Lula se esta vier a ser vitoriosa no 1º turno. No campo do PMDB vemos um partido que em consequência das contradições que vive internamente, está acéfalo, sobrevivendo apenas por força daqueles que estão no poder, utilizando a máquina administrativa, seja em nível do governo federal, como estadual e municipal, em diversas regiões do país. O PFL também se encontra bastante acéfalo e ambos, às vezes, colocam as suas esperanças na candidatura de Jânio Quadros. Mas eu tenho a impressão de que seria triste se tais partidos ou mesmo o PTB resolvessem ter como sua última esperança o candidato Jânio Quadros, que, segundo as suas próprias palavras, não tem nem mais saúde para enfrentar seja a campanha presidencial seja a gestão. Mas a falta de saúde não é apenas física. Trata-se mesmo de uma questão de saúde moral.

União das esquerdas tem um sentido que transcende a eleição

Classe — Foi formada uma frente das esquerdas (PT-PCdoB-PSB-PV) para a sucessão presidencial. É a primeira vez na história do Brasil que se forma uma frente com esse caráter, uma frente marcadamente de esquerda, progressista e popular. Qual o significado histórico disso? É algo que vai apenas até as eleições ou transcende a elas?

Suplicy — Acho que transcende. É também um resultado das experiências havidas, por exemplo, aqui em São Paulo e outras capitais do Brasil que mostram ser possível o entendimento entre as forças progressistas. Acredito mesmo que um pouco mais tarde nesta campanha o próprio PCB venha se juntar a essas forças. É do direito do PCB querer se afirmar com a candidatura Roberto Freire mas a dinâmica da campanha vai mostrar que a posição mais consistente seria o apoio ao Lula como o PCdoB está fazendo.

Classe — Como o sr. encara a possibilidade de vitória?

Suplicy — Ai é que vai ser a grande responsabilidade que vamos ter. Mas eu acredito que é importante que tenhamos essas experiências, seja na administração da cidade de São Paulo, seja em outras capitais como Porto Alegre, Vitória, ou cidades como Campinas etc. Também a administração da Câmara Municipal representa uma experiência de gestão da coisa pública muito importante.

Classe — Como o sr. avalia o período inicial da gestão da prefeita Luiza Erundina?

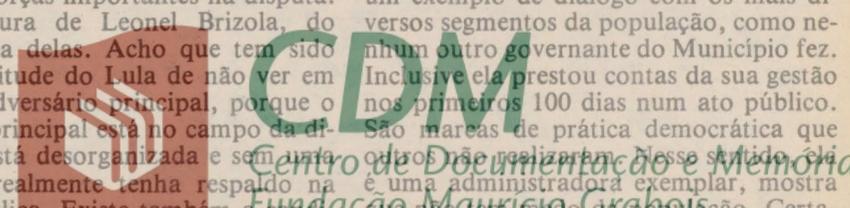
Suplicy — Um período extremamente difícil dada a situação que a prefeita Luiza Erundina encontrou: a Prefeitura extremamente endividada, enormes problemas enfrentados. Mas acho que ela deu um exemplo de diálogo com os mais diversos segmentos da população, como nenhum outro governante do Município fez. Inclusive ela prestou contas da sua gestão nos primeiros 100 dias num ato público. São marcas de prática democrática que outros não realizaram. Nesse sentido, ela é uma administradora exemplar, mostra que a administração pública não é apenas uma questão de arrecadação. Certamente os recursos serão agora distribuídos de uma maneira mais socializada entre todas as regiões da cidade de São Paulo.

Os maiores abusos foram praticados por forças janistas

Suplicy — O que nós vimos aqui na Câmara de São Paulo é que as forças janistas foram as mais responsáveis pelas irregularidades. Há indícios seguros de que o mes-grupo que aqui agia também agia junto à Prefeitura, com a mesma prática. Então, se nós quisermos evitar a continuidade de tais práticas irregulares na vida pública nacional, uma primeira recomendação é evitar a volta do ex-prefeito e ex-sidente ao poder.

Classe — Concretamente, que irregularidades foram apuradas na Câmara Municipal de São Paulo?

Suplicy — Primeiro, o pagamento em publicidade do conserto de para-raios. A partir daí resolvemos fazer uma auditoria profunda em todos os processos de pagamentos. No dia que lacramos os departamentos e determinamos isso houve um incêndio no 13º andar da Câmara Municipal, por sorte sustado a tempo pa-



São Bernardo na crista da onda

Bernardo Joffily*

Um calafrio percorre os exploradores de todo o país: os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema voltaram a usar, a partir do dia 19, o chumbo grosso da greve geral, apelidada "Mula sem Cabeça". Só que desta vez, diversamente de 1980, São Bernardo está na crista de uma onda grevista que põe em movimento milhões de assalariados.

Diversos elementos fazem com que esta greve mereça uma atenção especial da parte de todas as forças presentes na conturbada arena nacional da luta de classes.

Em primeiro lugar, há o peso objetivo do proletariado metalúrgico de São Bernardo e Diadema. Não há no país outra concentração industrial do mesmo porte, onde mais da metade da classe operária se reúne em apenas três empresas — a Autolatina (Volkswagen e Ford), a Mercedes Benz e a Brastemp.

Em segundo lugar, há as conseqüências históricas deste peso: os metalúrgicos de São Bernardo foram os retomadores dos movimentos grevistas no Brasil após o golpe de 1964, e os protagonistas da heróica greve dos 41 dias em 1980. Transformaram-se, com isso, em um sinônimo de combatividade na resistência à exploração capitalista. Seu sindicato também tornou-se indiscutivelmente uma referência nacional de luta.

O movimento em São Bernardo não teve uma evolução em linha reta. A rigor, a greve atual é a primeira da categoria toda desde 1980. Em 82, uma paralisação dentro das fábricas esbarrou nas difíceis condições criadas pela recessão. Em 84, a forma de luta empregada, e bem-sucedida, foi a "tartaruga". Em 85, a chamada "Operação Vaca Brava", combinando diversas formas de luta simultaneamente, não chegou a ser propriamente uma greve geral. Sua eficácia até hoje é questionada, dentro e fora da categoria, e seu resultado foi reconhecidamente precário. Em 86, como em 83 (e ao contrário de 87), a categoria participou maciçamente do dia de greve geral nacional. Em 87 houve a paralisação na Autolatina, com caráter de greve ativa e memoráveis passeatas. Em março passado, os dois dias de greve geral nacional foram um sucesso em São Bernardo e mais ainda em Diadema, onde enormes "piquetes" fecharam até o pequeno comércio dos bairros. Mas só agora volta-se a empregar a greve geral propriamente dita, por tempo indeterminado e com forma de luta unificada.



Desalojados do pátio da fábrica, os operários decidem em assembléia que a greve continua mesmo fora da empresa

Há, no entanto, enormes diferenças entre 1989 e 1980. Internamente, a categoria acumulou forças. Basta dizer que em 80 não havia comissões de fábrica. Hoje, apenas uma grande empresa, a Brastemp, não possui sua comissão. No plano geral, a ditadura militar cedeu lugar à precária democracia neo-republicana. Além disso, em 80 a greve, iniciada em várias cidades paulistas, em poucos dias confinou-se no ABC. Tinha a simpatia de todo o povo, mas esta era basicamente uma simpatia passiva. Hoje, o caso é bem outro. Junto com São Bernardo e Diadema estão 200 mil metalúrgicos do interior do Estado e mais os bancários, os petroleiros e os professores estaduais de todo o Brasil, afora uma infinidade de greves menores (veja ao lado).

Ao iniciarem a greve, os metalúrgicos mostram uma revolta à flor da pele. Esta inclusive explodiu em várias paralisações por fábrica, fora do controle do sindicato, que preferia concentrar todas as forças num movimento único. Às vésperas do dia 19, havia mais de 10 mil metalúrgicos parados em 16 empresas de São Bernardo e Diadema.

Outro indicador da revolta é a forma de luta escolhida — paralisação dentro das fábricas. A liderança do movimento evita habilmente usar o termo "ocupação", preocupada em não fornecer pretextos para a reação patronal e policial. Mas todos têm em conta as experiências grevistas da Companhia Siderúrgica Nacional, em fins do ano passado, e da Mannesman, mais recentemente.

Acompanhando este estado de espírito, o sindicato propõe uma greve ativa. No interior

das fábricas, a orientação é trocar o dominó e o truco pela discussão das maneiras de reforçar o movimento. E está prevista a saída às ruas, em grandes manifestações, para sensibilizar a opinião pública. É um avanço visível em relação à diretiva de 1980, de que os grevistas fossem pescar, mobilizando-se apenas para as assembléias.

Existe o risco de um confronto? Basta ouvir os rosados ameaçadores de Sarney e seu ministro da Justiça para se ter a resposta. No dia que antecedeu a greve geral, houve já uma escaramuça, na porta da Rex Roth, parada há 14 dias, entre operários e a Polícia Militar. Os metalúrgicos conduzem seu movimento pacífica e organizadamente, porém abrem um sorriso quando se pergunta se é possível voltarmos a assistir em São Bernardo episódios de violência como os de 1980: "Eu acho que não vai ser como em 80; naquele tempo a gente só apanhava...!"

A verdade é que verifica-se em São Bernardo e Diadema, com maior exacerbação, o mesmo estado de espírito altamente explosivo que toma conta de todo assalariado brasileiro. Ao contrário do que diz uma conhecida lorota patronal, sobre os fabulosos salários do ABC paulista, a categoria está significativamente empobrecida. Um cálculo do Dieese mostra que em março de 1986 as montadoras gastavam 6,4% do preço dos carros para pagar os salários, enquanto em dezembro de 88 este índice despencou para 3,2%. O achatamento salarial empurrou boa parte da categoria para as favelas da região.

*Correspondente da "Classe" em São Bernardo do Campo/SP.

Greve sem furos é a tradição na Bom-Bril

Nem só de metalúrgicos vive o movimento grevista de São Bernardo. Às vésperas da greve atual, uma infinidade de paralisações por empresa agitava a cidade. Na área química pararam grandes empresas como a Glasurit e a Fontoura. Na construção civil, os operários da Teletra, que monta estruturas metálicas dentro da Mercedes Benz, entravam em seu 24º dia parado quando a greve metalúrgica iniciou. Na categoria dos produtos de limpeza, mais de 2 mil trabalhadores da Bom-Bril realizam um bela greve, sem furos, desde a noite de 10 de maio.

O sinal para a paralisação na Bom-Bril veio junto com os holerites entregues este mês. Alguns registravam pagamentos que não davam para o aluguel, outros não chegavam para uma feira.

Gerente boca-suja atiçou o movimento ao xingar operários

Junto com a reposição salarial, os operários reivindicam comissão de fábrica e melhores condições de trabalho, a começar pela comida servida no refeitório da empresa. E os ânimos se exaltaram ainda mais com a notícia de que o gerente de relações industriais, que tentou meter o movimento xingando os trabalhadores em público com palavras do mais baixo calão.

A Bom-Bril tem uma tradição de luta que vem de 1978. Foi das primeiras fábricas a parar naquele ano de renascimento do movimento operário brasileiro. Seguindo esta tradição, a greve começou dentro da fábrica. Um "arrastão" se encarregou de persuadir os poucos operários recalcitrantes, impedindo que houvesse um furo sequer. No quinto dia de paralisação, a empresa se aproveitou de um momento de pequena presença dos grevistas e conseguiu desalojá-los. Mas a greve continuou, fora da fábrica, com assembléias diárias e índice zero de furos.

O movimento ganhou um reforço inesperado com a última lista de descongelamentos do governo, que incluiu vários artigos produzidos na Bom-Bril. Com isso, cai por terra o argumento que o patrão exibiu para negar qualquer reposição além de 18% sobre os salários de janeiro.

Ao mesmo tempo chegava a notícia de que a fábrica da Bom-Bril na Bahia entrara também na dança, parando as máquinas pela reposição salarial. O sindicato de São Paulo logo tratou de enviar alguns diretores a Minas Gerais, para tentar a adesão da fábrica de Sete Lagoas. Assim, a rede das paralisações vai se tornando cada vez mais densa, cobrindo todo o país e evitando uma sepultura bem funda para enterrar de vez o "Plano Verão" de arrocho salarial.

Contra a repressão, em solidariedade ao servidor público

Nota da Direção Estadual
do PCdoB-PE

O presidente regional do PCdoB, ex-deputado Luciano Siqueira, torna pública a posição do seu partido diante dos últimos acontecimentos relacionados com a greve dos servidores públicos estaduais:

1. O PCdoB reafirma seu mais veemente protesto diante das medidas repressivas adotadas pelo governo do Estado contra o movimento reivindicatório dos servidores públicos. Não se pode admitir, sob nenhum pretexto, que se reeditem procedimentos característicos do período mais negro do regime militar. O policiamento intimidatório ostensivo, as ameaças e por fim a demissão sumária de grevistas ferem a consciência democrática do nosso povo e causam justificada revolta em todos os que acompanham atentamente o drama do funcionalismo estadual.

2. É lastimável que um governo, cujo titular ostenta trajetória de luta pela democracia, passe agora à História como repressor do movimento popular e alçoz de grevistas. Só conduta governamental tão desastrosa levaria à situação que ora presenciamos, em muitos aspectos inusitada. Na Assembleia Legislativa, é a bancada de direita — que sempre esteve comprometida com políticas de arrocho salarial — que se solidariza com os servidores, enquanto a representação parlamentar da chamada Frente Popular, com raras e louváveis exceções, curva-se diante das pressões palacianas e se mantém insensível ao clamor das ruas. Causa espanto o conteúdo nitidamente reacionário da argumentação sustentada pelas autoridades governamentais para justificar a repressão.

3. Acusa-se o movimento de "corporativista" por não compreender que deve suportar as perdas salariais em prol do "Projeto Social" do governo — projeto que jamais foi discutido com o funcionalismo e com o povo organizado. Procura-se impor uma falsa dicotomia entre a satisfação das necessidades básicas dos servidores e o atendimento ao povo — como se mais de 100 mil famílias de servidores não fossem parte do povo. Procura-se reduzir a questão atinente aos interesses de tamanha massa de assalariados a uma suposta peleja entre o governo e correntes de esquerda, tendo como pano de fundo a sucessão presidencial. Por fim, tenta-se caracterizar a greve como "política", quando foi a atitude repressiva do governo que agregou à pauta de reivindicações econômicas conteúdo político.

4. Ou o governo do Estado redireciona sua conduta diante do impasse que está criado, ou comprometerá não apenas sua credibilidade perante o funcionalismo, mas o próprio relacionamento, imediato e futuro, com as correntes populares e a sociedade civil.

Conclamamos de público o governador Miguel Arraes a revogar de imediato as demissões, sustar os inquéritos movidos contra dezenas de funcionários e a retomar as negociações com o comando grevista.

A crise que o país atravessa e o desenvolvimento das lutas sociais põem à prova as convicções democráticas e os compromissos assumidos pelos detentores de mandato popular. A população está atenta. E saberá julgar.

As greves sacodem o país

Aginaldo Zardenoni

Quando este jornal estiver circulando é quase certo que mais de 2 milhões de trabalhadores estarão parados em todo o país, computando as greves de bancários (nacional), de metalúrgicos do ABC, professores estaduais de São Paulo e 14 outros Estados, entre muitas outras. O próximo mês, maio, concentra a data-base de aproximadamente 3 milhões de assalariados e provavelmente será ainda mais conflituoso.

A elevação da temperatura da luta de classes, a um grau febril (cabe observar), provoca involuntária indignação nas elites governantes. A revista "Veja" intitulou uma de suas últimas reportagens sobre greves de "A onda selvagem". Ao pé do rádio, Sarney lamentou amargamente as paralisações "perigosas e desestabilizadoras". Todos esses aparentam uma sincera perplexidade perante a revolta dos trabalhadores neste turbulento fim de verão. Mas prosseguem seu caminho como se nada de mais estivesse ocorrendo, desconsiderando o alarido que se ergue a toda hora nas fábricas e percorre o Brasil de Norte a Sul.

Ouvidos mocos

A absoluta carência de sensibilidade das classes dominantes em relação às reivindicações dos trabalhadores neste momento é impressionante. O governo de José Sarney decidiu encaminhar ao Congresso Nacional uma proposta de reajuste salarial variável de 11,74 a 13,58% em contraposição à exigência dos assalariados de 70 a 99%, a título de reposição dos prejuízos consolidados através do Plano Verão.

A proposta torna-se mais miserável quando se considera que desde a edição do pacote econômico, em janeiro, novas perdas foram impostas aos trabalhadores, sendo que somente em fevereiro e março a inflação já acumulou um índice superior a 10%. Se a alta de preços em março for adicionada aos cálculos o resultado será expressivamente superior aos níveis de reajustes propostos por Sarney, ou seja, estes sequer repõem o roubo posterior ao Plano Verão. Um escárnio, não?

Até mesmo o pelego Luiz Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, encenou oposição, argumentando que qualquer sindicalista esperto não deslizaria na onda do governo, sob pena de cometer suicídio. Mas

CSC ganha eleições em Brasília

A Corrente Sindical Classista acaba de vencer duas importantes eleições sindicais em Brasília. A primeira ocorreu no Sindicato dos Trabalhadores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), formado logo após a promulgação da nova Constituição e que elegeu sua primeira diretoria definitiva.

Três chapas disputaram a eleição, a CSC foi representada na Chapa 1 e venceu o pleito por 995 votos contra 874 concedidos à Chapa 2. A outra chapa foi para



eis que a nossa grande burguesia, tão dignamente representada pela Fiesp e outros órgãos do gênero, considerou Sarney, Dorothea e Companhia exageradamente generosos e só cedeu depois de negociar liberais remarcações de preços.

Mais arrocho

Governo e empresários, orientados por interesses caducos, querem ainda impor uma sistemática de reajustes trimestrais dos salários a partir dos próximos meses. E, vejam, o "Jornal da Tarde", propriedade dos Mesquita, tradicionais inimigos das reivindicações trabalhistas, publicou na edição do último dia 18 simulações matemáticas elementares dando conta de que, na hipótese muito otimista de uma inflação constante a 10% ao mês, no próximo trimestre o poder de compra real (e médio) dos salários já terá declinado em torno de 20%, se adota a trimestralidade.

É preciso refrescar a memória. O Plano Verão, conforme cálculos do Dieese, embutiu perdas salariais variáveis de 41 a 49% em relação aos valores de pico dos rendimentos (dos trabalhadores) em março de 1986, descontando os prejuízos do Plano Bresser. Nesta década, segundo estatísticas do IBGE, a massa salarial no país

declinou mais de 20% enquanto os salários médios reais caíram quase que à metade. Um arrocho sem paralelo na história brasileira. E as elites dominantes exigem mais!

Voz das greves

As pretensões descabidas de governo e empresários soam nitidamente como delírio quando contrapostas à realidade que emerge das fábricas. Como observou o diretor-técnico do Dieese, Walter Barelli, as paralisações (generalizadas no país) estão impondo acordos bem distintos aos propostos pelo alto comando do patronato.

A Companhia Souza Cruz, por exemplo, foi forçada a conceder em março reposição salarial de 50,45%; a Companhia Paranaense de Energia concedeu reajustes de 50 a 98%; as empresas de turismo em Salvador corrigiram os salários de seus empregados em 70%; as empresas de asseio e conservação do Rio Grande do Norte cederam 40,76% de reposição salarial; professores particulares em São Paulo obtiveram até 70%; empresas comerciais como Casas

Pernambucanas, Sloper e Spasso deram cerca de 20% a seus empregados; a C&A concedeu 40%; a

maioria das indústrias paulistas cederam parcialmente às exigências de seus operários, o mesmo ocorrendo com as metalúrgicas mineiras etc.

Na cidade gaúcha de Triunfo, a 50 quilômetros de Porto Alegre, os 2 mil operários do pólo petroquímico encerraram sua greve no dia 13 conquistando antecipação salarial de 15% e aplicação da cláusula 3ª do acordo coletivo da categoria que determina a reposição integral das perdas salariais provocadas pela inflação a cada dois meses. "O movimento conseguiu paralisar em média 90% do setor de operação e contou com grande solidariedade", conta Nelson Sales, diretor do sindicato e operário da Petroquímica Triunfo.

De resto, o próprio Ministério do Trabalho divulgou um levantamento comprovando que em janeiro e fevereiro deste ano o número de greves (387) aumentou consideravelmente em relação ao mesmo período do ano passado (299), mas este ainda não é o indicador mais relevante. De acordo com a mesma fonte, o total de dias parados no bimestre cresceu 58% enquanto a média de duração das paralisações subiu para 9 dias por greve (contra 7,4 em 1988, 6,2 em 1987 e 4,7 em 1986), evidenciando uma disposição ainda mais férrea dos grevistas, assim como uma apreciável elevação do nível de consciência dos assalariados. Convém registrar que os trabalhadores da mineradora Criciúma (SC) permaneceram nada menos que 40 dias em greve.

Os meses de março e abril, com o impulso concedido pela greve geral, não apenas confirmaram a tendência de ampliação do movimento grevista, mas a acentuaram visivelmente. Basta abrir os jornais para se certificar disto, como comentou uma economista do Dieese.

sando a Chapa 2 de "chapa do PCdoB".

Os resultados, para o Sindilegis e Sindicatão, propiciam um grande avanço para o movimento sindical brasileiro. O Sindicatão tem a segunda maior base sindical da capital brasileira, com cerca de 20 mil trabalhadores. Agora, após três anos de imobilismo, passa a ser dirigido por sindicalistas efetivamente comprometidos com as lutas da categoria.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois segueira do governo e das entidades maiores dos empresários constitui uma garantia de que as paralisações não vão perder o fôlego ao longo



QUESTÃO DE ORDEM

Arthur de Paula*

Contag: nova direção não tem legitimidade

Manobras e fraudes foram a tônica da eleição da nova direção da Contag, realizada dia 6 de abril. Como já havíamos comentado anteriormente (veja Classe n.º 15), uma aliança de direita na confederação, entre revisionistas e pelegos, perpetrou um espúrio golpe, impedindo a realização do Congresso Eleitoral conforme já havia sido estabelecido no 4.º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, impôs a chapa única encabeçada pelo baiano Aluizio Carneiro e rebaixou a liderança de José Francisco da Silva a uma inexplicável e humilhante vice-presidência. Mas isto não foi tudo. No processo eleitoral a pelegada agiu tal qual Paulo Salim Maluf quando disputou a eleição presidencial através do Colégio Eleitoral contra Tancredo Neves.

Coerentes com a prática pelega, buscando consolidar o golpe desfechado contra o movimento sindical dos trabalhadores rurais, a direita patrocinou um espetáculo melancólico. O que se viu em Estados como Bahia e Piauí foram os carros das Fetags percorrendo o interior dos Estados e distribuindo recibos de quitação da contribuição para assegurar o "direito" de voto. O resultado da malandragem, praticado por diretores de federações comprometidos com o peleguismo, não foi suficiente para criar um clima de vitória entre os integrantes da chapa única.

Na Bahia existem 330 STRs, mas apenas 98 votaram na chapa de Aluizio em troca de favores. No Piauí, dos 108 sindicatos apenas 37 votaram; entre os seis diretores da Fetag com direito a voto somente dois concordaram em homologar a chapa golpista. Em Minas Gerais, com 400 STRs e uma diretoria da Fetag comprometida com o peleguismo, a chapa obteve apenas 125 votos. Em Santa Catarina (190 STRs), apenas 70 sufragaram o golpismo. Em Pernambuco, a pelegada teve 68 votos, de um total de 134 sindicatos (registre-se, é um Estado onde José Francisco tem grande influência). O Ceará não foi

exceção: apenas 45 votos dos 102 STRs.

No Pará, onde a federação é dirigida pela CUT, a eleição não foi realizada por decisão unânime do Conselho de Representantes da entidade. Também em Goiás, onde Divino Goular preside a Fetag e detinha mandato de vice-presidente da Contag, a decisão do conselho foi de não compactuar com a manobra e não realizar a eleição. O resultado final foi um total de apenas 1.068 votos recebidos pelos pelegos dos 3 mil sindicatos de trabalhadores rurais existentes no país. A nova direção da entidade assume desmoralizada, repudiada por dois terços do eleitorado.

Não só a legitimidade como também a legalidade do "arranjo eleitoral" patrocinado pela pelegada com a finalidade de garantir sua hegemonia na sucessão, está sendo questionada. É inegável que a eleição em congresso representaria a consolidação da democracia interna do movimento sindical rural, as contas políticas e financeiras seriam debatidas amplamente e um programa de ação para a nova gestão surgiria de uma rica discussão, contribuindo para elevar o nível da consciência dos assalariados rurais e camponeses brasileiros. Resta aos trabalhadores uma pergunta: que chantagem, que tipo de pressão, foi feita sobre José Francisco para anular sua atuação progressista, democrática, e enquadrá-lo na manobra que só representa o reacionarismo e o imobilismo?

Ao sindicalismo progressista cabe tomar a iniciativa de buscar a unidade na luta e formar um bloco de resistência à nova direção da Contag. A mais ampla mobilização das massas camponesas está na ordem-dia em torno de suas reivindicações específicas e na exigência da realização antes de novembro deste ano do 5.º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

*Da Direção Nacional do PCdoB

Resposta ao arrocho nos bancos

Álvaro Gomes*

Os bancários deflagraram greve em todo o país, por tempo indeterminado, a partir desta quinta-feira, dia 20. A paralisação foi decidida no encontro nacional da categoria realizado dia 8 em Campinas (SP), com a participação de 5 mil delegados. O movimento é um dos desdobramentos da greve geral dos dias 14 e 15 de março, reivindicando a reposição salarial mas também possui um caráter nitidamente político, pois volta-se contra o Plano Verão e o desgoverno de Sarney Costa.

Esta greve terá uma característica diferente das que foram realizadas anteriormente pelos bancários. Toda a categoria participará unitariamente da paralisação, porém, os diversos segmentos em que se divide terão uma dinâmica própria. Isso significa que se, por exemplo, os trabalhadores de bancos privados, ou do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou instituições estaduais, conseguirem realizar acordos isolados, poderão decidir o retorno ao trabalho, enquanto outros segmentos da categoria mantêm a paralisação. Trata-se, por consequência, de um movimento com duplo caráter, unitário mas formado por várias greves deflagradas ao mesmo tempo.

Renda escandalosa

Não é à-toa que, em nosso país, cada dia se investe menos no setor produtivo. De acordo com um recente levantamento feito pelo Dieese, o retorno do capital aplicado no setor industrial ocorre à razão de 10%, enquanto no sistema financeiro a mesma rentabilidade patrimonial oscila de 35 a 50%, dando aos banqueiros a vantagem de recuperar todo o capital investido em apenas 3 anos, ciclo que na indústria só se completa ao cabo de 10 anos. Nos países europeus e no Japão o ciclo de reprodução do capital inicial in-



Grandeza, lucros e crescimentos fabulosos. Mas os salários...

vertido no sistema financeiro é estimado entre 15 a 20 anos.

É importante também ressaltar um outro aspecto de lucratividade do setor financeiro: os quatro maiores bancos brasileiros obtiveram um lucro líquido superior a mais de 1 bilhão de cruzados novos. A relação entre salários e receitas dos bancos, de 1987 a 1988, declinaram na seguinte proporção, segundo o Dieese: no Bradesco, de 4,95% para 3,49%; Itaú, 4,84 e 3,57%; Unibanco, 4,39 e 2,20%; Bamerindus, 5,17 para 2,83%; Nacional, 12,56 e 3,61%. No mesmo período o peso dos salários sobre as despesas também sofreram uma expressiva queda, sendo no Bradesco de 5,40% em 1977 e 3,74% em 1988; Itaú, 5,07 e 3,70%; Unibanco, 4,87 e 2,47%; Bamerindus, 5,32 e 2,90% e Nacional, 12,56 para 3,66%.

Enquanto isto, o piso salarial do bancário é de apenas NCz\$ 132,00, brutos. Diante da superexploração, dessa situação contrastante entre salários e lucros, a ca-

tegoria tem como resposta a greve, que certamente sairá com toda a força. Os banqueiros reagiram à ameaça de paralisação informando que vão adiantar 15% de reajuste salarial, um percentual que, entretanto, nem de longe corresponde aos interesses dos bancários. A categoria reivindica reposição salarial de 81% referente às perdas consolidadas pelo Plano Verão, mais 26% dos prejuízos patrocinados pelo Plano Bresser, percentual que, por sinal, já foi conquistado por alguns segmentos (Banco do Brasil, BNB, BASA, BNCC) por meio da luta e por decisão do Tribunal Superior do Trabalho. A luta dos bancários é por melhorias salariais, mas também inclui a reivindicação de um melhor atendimento aos usuários do sistema financeiro, assim como a luta contra as altas taxas de juros e o desgoverno de Sarney Costa.

*Presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia e membro do secretariado da CSC

Proletário rural cria federação

Antonio Almeida Soares*

Dia 16 de abril, no Ginásio de Esporte "Botinão" de Jaboticabal (SP) foi criada a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo. "Ela nasceu para ser um instrumento de luta e organização dos assalariados rurais paulistas", conforme Elio Neves, seu primeiro presidente.

Com efeito, trata-se de um salto na organização do proletariado rural em São Paulo, precedida pela transformação no início deste ano de 13 Sindicatos de Trabalhadores Rurais em Sindicatos dos Empregados Rurais, ou seja, de assalariados. A nova forma de organização sindical é uma exigência ditada pela existência consolidada da classe operária na lavoura da cana, da laranja, do café, a lavoura branca e empresas de florestamento e reflorestamento, entre outras, no interior do Estado.

Campo operário

Vale lembrar que já em 1917 Lênin abordava esta questão afirmando que "uma questão de extraordinária importância deve ser colocada: a fundação do sindicato de operários agrícolas de toda a Rússia".

A organização sindical dos assalariados rurais nasce com um estatuto mais moderno e democrático, adaptado à nova Constituição, e com uma firme determinação de agarrar a tarefa de unir e organizar a classe no seu local de trabalho, formando seções sindicais. Os representantes eleitos para tais seções serão membros natos do Conselho Deliberativo do seu sindicato e representantes deste no local de trabalho.

O processo de organização desses sindicatos atinge novas cidades paulistas e uma de capital importância, Sertãozinho, por ser a "capital da cana". A assembléia que criou a federação convocada pelos 13 sindicatos da região de Ribeirão Preto contou com 400 participantes. A mesa dos trabalhos foi presidida pelo velho e combativo sindicalista Crispim, presidente do STR de Ourinhos e membro do secretariado estadual da Corrente Sindical Classista. A assembléia aprovou a direção provisória e os estatutos da nova federação, convocando para fevereiro de 1990 um congresso para eleger outra diretoria.

O PCdoB apoiou o ato de fundação da federação pelo vereador Eustáquio Vital, que saudou a organização da classe operária rural exclamando: "o prole-

tariado rural, com sua luta corajosa, contribuirá decisivamente na luta pelo fim da exploração do homem pelo homem".

O prefeito de Jaboticabal, do PT, disse no final do ato que 1989 "será um ano em que nós todos brasileiros vamos recuperar o direito de voto e eleger o presidente. Por isto a união das esquerdas notada aqui no ato precisa ser consolidada para eleger um presidente que avance na luta pelo bem estar do povo brasileiro". O ato contou com representantes de outros partidos e entidades sindicais.

Os assalariados rurais lançaram um jornal durante a assembléia onde afirmam: "somos assalariados do campo, empregados rurais, chamados bóias-frias, volantes, temporários, avulsos, eventuais, permanentes, fichados e clandestinos, enfim, são muitos os adjetivos. Dentre nós, alguns já são sindicalistas, contamos com o apoio direto e indireto de colaboradores, de intelectuais e de outras organizações. O que nos une é a luta por uma sociedade mais justa e combativa à exploração do ser humano, pela dignidade, à cidadania".

*Da Comissão Sindical do PCdoB

O drama dos transportes urbanos

Antonio Martins

Uma pesquisa do Metrô de S. Paulo põe a nu uma realidade inquietante. A deterioração dos serviços de transporte, o empobrecimento da população e o agravamento das desigualdades sociais estão obrigando milhões de trabalhadores a abandonarem os ônibus, e a percorrerem a pé enormes distâncias na cidade.

Na região metropolitana mais rica do país a renda familiar média caiu 39% nos últimos dez anos. Nesse mesmo aglomerado urbano o sistema de transportes coletivos se degradou a tal ponto que quase 10% das viagens atinge pelo menos duas horas de duração. Ainda nessa metrópole, e pelos motivos expostos acima, um número cada vez mais expressivo de pessoas não tem mais condições de servir-se de qualquer tipo de transporte, e utiliza apenas os próprios pés para dirigir-se ao trabalho, à escola ou para casa. Estas são algumas das conclusões da pesquisa origem-destino 1987, cujos resultados básicos foram divulgados pela Companhia do Metropolitanano de S. Paulo no último dia 31 de março.

A pesquisa origem-destino é um levantamento amplo e detalhado das condições de vida da população e dos meios que ela utiliza para deslocar-se de um ponto a outro da Grande S. Paulo. Foi realizada pela primeira vez em 1967, e seus resultados serviram de base para definir as áreas onde era prioritária a implantação de linhas de metrô. A partir de então vem sendo repetida a cada dez anos, sempre com o aperfeiçoamento das técnicas de coleta e de análises dos dados. Na versão 1987, por exemplo, os entrevistadores do metrô visitaram e aplicaram questionários em 26.138 domicílios, além de abordarem diretamente passageiros que transitavam por 21 pontos de entroncamento rodoviário e ferroviário.

Os salários reais caíram abaixo dos patamares de 1967

As informações recolhidas conduzem a três conclusões básicas. As condições de vida dos paulistanos pioraram de forma visível nos últimos dez anos, independentemente da faixa de renda em que se situam. A piora da qualidade de vida é inquestionavelmente mais drástica entre as camadas mais pobres. As condições de



Ônibus na Grande S. Paulo: além de péssimos, cada vez mais proibitivos

transportes, que também se agravaram para todos, tornaram-se especialmente hostis para a massa de trabalhadores com salários mais baixos.

Um dos indicadores que mais chama atenção é a queda assustadora do valor real dos rendimentos das famílias. Em 1967 a renda familiar média na Grande S. Paulo equivalia a 105.080 cruzados de abril de 88, já feita a correção inflacionária. Em 1977, ela havia saltado para NCz\$ 169.335. Todos os ganhos, no entanto, seriam corroídos nos dez anos seguintes, que correspondem a um período de estagnação da economia. Em 1987, a renda média familiar regressou à casa dos NCz\$ 101.841, apenas 60,14% do patamar atingindo em 77, e abaixo até mesmo do nível registrado vinte anos antes.

A queda dos salários levou um grande contingente de trabalhadores a trocar as viagens de ônibus, trem ou metrô pelas caminhadas a pé. Os dados da pesquisa origem-destino são eloqüentes. Em 1977, 46,09% dos deslocamentos realizados na Grande São Paulo eram feitos em veículos coletivos, 29,07% carros particulares e apenas 24,83% a pé. Dez anos mais tarde mudanças expressivas haviam ocorrido. As viagens de carro permaneceram aproximadamente no mesmo patamar: eram agora 27,76% do total. Nas demais modalidades processou-se a grande alteração. Embora ainda predominassem, os deslocamentos em veículos coletivos despencaram para 36,52% do total. As caminhadas a pé substituíram os ônibus, trem e metrô, e passaram a representar 63,48% dos deslocamentos realizados.

ram em proporção quase idêntica. Passaram a 35,7% do total, e se a tendência não tiver se alterado de 87 até hoje é provável que já representem o meio principal de deslocamentos dos habitantes da maior região metropolitana do país.

A queda no uso dos transportes coletivos causou a redução do índice de mobilidade, um indicador que mede o número médio de viagens motorizadas realizadas por habitantes a cada dia. Em 1977, o índice de mobilidade era de 1,53. Em 87, havia caído para 1,07. E mais uma vez, os números põem a nu a desigualdade. A população com renda até 3 salários mínimos realiza em 87 0,52 deslocamentos motoriza-

Metade das viagens em transporte coletivo dura mais de uma hora

dos por dia. Já para os que ganhavam mais de 20 salários mínimos o índice de mobilidade era de 1,86, mais de 3 vezes maior.

A pesquisa origem-destino demonstra a seguir que além de serem obrigados a realizar menos deslocamentos de ônibus, trem e metrô, os pobres passam a perder mais horas por dia nesses meios de transporte. Em 1977 apenas 34,5% das viagens em veículos coletivos duravam mais de uma hora; e somente 6,19% ultrapassavam as duas horas de duração. Dez anos depois, quase metade das viagens (44,04%) eram superiores a sessenta minutos; 9,71% suplantavam duas horas de duração; e ape-

nas 19,73% duravam de cinco a trinta minutos.

Quando se cruzam os dados relativos à duração das viagens com os indicadores de nível de renda fica claro que os pobres foram as grandes vítimas da piora no trânsito e nos serviços de transporte. 51,47% das viagens dos trabalhadores que ganham até 5 salários-mínimos duram mais de uma hora; e 12,18%, mais de duas horas.

A imprensa está errada: o metrô continua eficiente

O estudo traz ainda comparações entre as várias modalidades de transportes coletivos, e desmente mitos que a grande imprensa tem tentado construir. Diversas reportagens publicadas nos últimos dois anos nos jornais paulistas têm se apoiado na superlotação dos vagões do metrô, que é visível a olho nu, para afirmar que este meio de transporte tem perdido rapidamente a antiga eficiência, e que a qualidade de seus serviços já se aproxima da dos ônibus. Sugerem ainda que a causa do problema é o fato do metrô ser estatal, e defendem sua privatização gradativa, que o governador Orestes Quêrcia, aliás, pretende implementar.

A pesquisa origem-destino demonstra que toda esta linha de raciocínio repousa sobre bases falsas. Entre 1977 e 87 o metrô não só multiplicou por dois sua participação no total de passageiros transportados por veículos coletivos (de 3,39% para 8,35%) como

também foi a única modalidade de cuja duração média das viagens diminuiu (de 34 para 33 minutos). Isso ampliou sua vantagem em relação aos ônibus (que tiveram a viagem média alongada de 52 para 57 minutos) e trens, cuja viagem média chega a durar 85 minutos.

Aliás, a pesquisa mostra que o metrô é um tipo de transporte coletivo que pode substituir os automóveis, já que a duração média das viagens é semelhante (33 minutos no metrô, 24 nos carros particulares). E que o grande problema do sistema metroviário é possuir uma rede ainda muito reduzida, e atender pequeno número de passageiros. Embora tenha crescido, a participação do metrô no total geral de percursos é ainda de apenas 5,38%.

É interessante destacar ainda certos indicadores sociais que emergem dos estudos. Ao contrário do que parece ter ocorrido na maior parte do país, a Grande S. Paulo registrou na última década uma taxa de crescimento populacional maior que a verificada na década anterior (55,87% contra 44,76%), o que parece demonstrar que a região ainda é um grande pólo de atração de migrantes. O tamanho médio das famílias também aumentou, subindo de 4,23 membros em 77 para 4,48 em 87; e a piora das condições de vida trouxe o aumento da promiscuidade social. Em 77, 6,33% dos domicílios eram ocupados por mais de uma família. Dez anos depois, este número havia saltado para 16,1%, e para 24,1% entre as famílias com renda média de até três salários-mínimos.

A desigualdade transpira em outros indicadores mais, como renda familiar e educação. Na região de Jardins e Butantã, por exemplo, 28,58% dos moradores têm curso superior ou colegial completo; e 40,24% das famílias ganham acima de 20 salários-mínimos mensais. Já em Itaquera-Guaianazes, apenas 1,7% cursaram o colegial ou a Universidade até o fim, e apenas 5,86% das famílias ganham mais de 20 salários-mínimos mensais.

Finalmente, vale a pena destacar certas informações sobre a composição social da maior região metropolitana do país. Segundo a pesquisa origem-destino, 31,01 de seus habitantes são operários; 0,27% dedicam-se a atividades agrícolas; 68,36% são trabalhadores no comércio, serviços e administração. As regiões onde a classe operária é mais numerosa são: S. Bernardo-Diadema (226.566 operários); Matuape-Vila Prudente (175.885); Sto. Limpo (174.380); Mauá-Sto. André (166.229); e Guarulhos-Sta. Isabel (137.055).

Arquivo

A vez do voto aos 16

A União da Juventude Socialista lança uma campanha nacional pelo alistamento massivo dos novos eleitores, e é seguida por outros grupos de jovens.

Um manifesto, um cartaz e manifestações simultâneas em escolas de diversos Estados do país. Com este conjunto de instrumentos a União da Juventude Socialista (UJS) lançou oficialmente no último dia 3 um movimento de âmbito nacional que pretende promover, até a data-limite de 15 de agosto, o alistamento eleitoral de pelo menos 50% dos jovens entre 16 e 18 anos. Segundo o presidente da entidade, Rovilson Brito, a realização deste objetivo pode "pesar decisivamente no resultado da eleição".

Rovilson fala com base em dados concretos. O voto aos 16 anos, estabelecido pela Constituinte, com base em proposta apresentada pela entidade que ele preside, tem caráter facultativo, ao contrário dos demais. Entretanto, uma pesquisa de opinião realizada pelo jornal "Folha de S. Paulo" no início do ano demonstrou que aproximadamente 70% dos 5,8 milhões de jovens beneficiados pela medida manifestam interesse em exercer efetivamente o direito conquistado. Sondagens promovidas por outros órgãos de comunicação garantem que parte significativa destes eleitores é especialmente simpática às teses sustentadas pelos partidos de esquerda.

Há um problema, no entanto. O processo, os locais e os prazos de alistamento eleitoral são inteiramente desconhecidos pela esmagadora maioria dos jovens, o que pode impedir a concretização do desejo de votar.

Shows e mutirões

A UJS quer superar este obstáculo através de dois tipos de movimentos. "Antes de mais nada, é preciso criar entre a juventude uma ampla corrente de opinião a favor do alistamento", diz Rovilson, esclarecendo que a entidade já prepara uma série de iniciativas visando atingir este objetivo. Num primeiro momento serão realizados shows em várias capitais, com a presença de artistas simpáticos à campanha. Para os primeiros shows, que deverão ocorrer em São Paulo e Cuiabá, está sendo articulada a presença do conjunto de rock "Capital Inicial".

A mobilização ocorrerá também nas escolas. A UJS, que tem presença marcante no movimento secundarista, pretende organizar mutirões mas-

Arquivo



As líderes do "Se liga 16" dão um colorido novo à campanha. À direita, Rovilson apresenta ao presidente do TRE de S. Paulo as reivindicações da UJS, e é apoiado por Erundina.



Aguinaldo Zordenoni

sivos de alistamento, que poderão transformar-se em paralizações de aulas seguidas de passeatas rumo aos cartórios eleitorais, onde será solicitado o alistamento coletivo.

O objetivo, diz Rovilson, "é criar um movimento amplo e suprapartidário, que conte com o apoio de todas as organizações interessadas em garantir a presença dos novos eleitores nas urnas. Nas últimas semanas, a UJS passou a estabelecer contatos com centenas de entidades estudantis, sindicatos e associações de moradores, para que estas entidades incorporem-se à campanha".

Apelo aos tribunais

A ação da UJS prevê ainda a criação de condições mais favoráveis ao alistamento, o que está sendo debatido com prefeituras, secretarias de Educação e tribunais eleitorais de cada Estado. "Se a Constituição estabeleceu um direito novo, então é necessário que todos os órgãos da administração ofereçam as condições para que ele seja exercido", argumenta Rovilson, que tem comparecido a seguidas audiências com os presidentes dos TREs.

Nesses encontros, a UJS tem levantado três tipos de reivindicações. Primeiro, ela solicita que o tribunal disponha-se a esclarecer os novos eleitores, através de utilização ampla dos meios de comunicação, sobre o processo de alistamento. Além disso, propõe que sejam instalados nas escolas postos eleitorais especiais, com a finalidade de promover a inscrição dos alunos em condições de voto. Um último ponto refere-se aos jovens que traba-

ham. A entidade tem solicitado aos tribunais o cumprimento de um dispositivo legal que permite a eles ausentarem-se do serviço durante um período de trabalho, para que possam dirigir-se a um cartório eleitoral e qualificar-se como eleitores.

Mais adesões

Poucas semanas depois de iniciada, a campanha da UJS já contabiliza uma soma expressiva de êxitos. A decisão de criar postos eleitorais nas

escolas já foi adotada em Estados como Paraná, Santa Catarina, Goiás, Espírito Santo, Alagoas e Acre. E uma audiência entre os jovens socialistas, o presidente do TRE de S. Paulo e a prefeita Luiza Erundina, realizada no final de março, abriu caminho para que o mesmo fosse feito no maior colégio eleitoral do país.

Tão importante quanto este fato foi a adesão de outros setores da juventude à campanha. No início de abril surgiu no Rio de Janeiro o movimento "Se liga 16! Bota pra

votar". Criado por um conjunto de jovens que não tem filiação partidária, mas está comprometido com a construção de uma nova sociedade, ele promoveu, no dia 16, no Circo Voador, um show que reuniu mais de 600 jovens, e teve a participação de artistas como Paulo José, Joana Fomm e do MPB-4. "O jovem pode ser o voto da mudança, pois não tem comprometimento com as práticas do passado", garantiu, dias antes do show, uma das líderes do movimento, a estudante Renata Ribeiro Gomez de Souza.

Encontro discute nova agricultura

Realizou-se em Porto Alegre, entre 19 a 24 de março, o 4º Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa — 4º EBAA. Ecologistas, agrônomos, estudantes e trabalhadores rurais, num total de 3 mil, provenientes de todos os Estados, participaram do evento.

A reforma agrária, a dívida externa e seus reflexos sobre o terceiro mundo, a destruição dos recursos naturais, a contaminação do ambiente e envenenamento dos produtos agrícolas provocado pela utilização intensiva de adubos e venenos foram alguns dos temas do encontro, que contou com a participação de Pedro Hidalgo, ex-ministro do Chile no governo Allende; José Graziano da Silva, doutor em economia; Horácio Martins de Car-

valho, mestre em ciências políticas; Claus Germer, assessor do movimento dos sem-terra do Paraná e José Lutzenberger, Prêmio Nobel Alternativo 1988, representante do movimento dos sem-terra, CUT e Contag.

"O governo promove a devastação e a fome na região amazônica. É preciso mudar antes que seja tarde demais. Em 1987, através de levantamento de satélite, foram constatados 210 mil quilômetros quadrados de incêndio na Amazônia. Neste ano talvez chegue a 300 mil quilômetros quadrados. A Amazônia está entregando não somente estratagemas, mas a grupos nacionais que exploram minérios, pecuária e ainda recebem isenção fiscal durante dez anos. É uma

guerra de rapina, de saque", denunciou Lutzenberger no 4º EBAA.

A agricultura alternativa, discutida exaustivamente no encontro, propõe completa mudança no modo de utilização dos recursos disponíveis, sem a utilização de veneno no controle de pragas e doenças, usando apenas tecnologia alternativa como inseticidas biológicos, variedades resistentes, inimigos naturais, rotação de culturas e adubo orgânico. Propõe a reforma agrária anti-fundista para dar acesso a 12 milhões de sem-terra. Quer uma política agrícola voltada para os pequenos proprietários rurais e para a produção dos itens básicos da alimentação do povo. (José Barbosa de Carvalho, colaborador da "Classe" em Manaus)

Nossa Amazônia Ameaçada — III

Um encontro pela Amazônia

Jaime Sautchuk*



Cientistas, trabalhadores e índios de toda a Amazônia reúnem-se em Manaus, desmascaram o projeto Nossa Natureza e apontam alternativas para o desenvolvimento da região.

A sociedade da Amazônia desaprova o projeto "Nossa Natureza", lançado com estardalhaço no último dia 6 pelo presidente José Sarney. Essa postura foi o resultado de três dias de discussões realizadas no Segundo Ciclo de Debates Sobre Alternativas de Desenvolvimento para a Amazônia, realizado em Manaus, nos dias 6, 7 e 8 de maio.

O ciclo reuniu cientistas, estudantes, representantes de entidades de trabalhadores, dos povos indígenas e das comunidades de base da região amazônica. Vinte e quatro entidades promoveram o encontro, coordenado pela Associação dos Pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA).

O primeiro dia do encontro coincidiu com o anúncio, em Brasília, do projeto "Nossa Natureza", que foi severamente criticado durante todo o encontro e em seu documento final, que ainda será divulgado. Já no folheto de apresentação do ciclo de debates foram feitas as primeiras críticas. "Como é possível elaborar um plano deste para a Amazônia, alijando das discussões as populações que vivem na região e que serão diretamente afetadas?", questionavam as entidades promotoras.

A resposta veio logo em seguida, quando, em cadeia de rádio e TV o governo anunciou seu projeto. Ficava claro o distanciamento das propostas contidas no "Nossa Natureza" da realidade da região. Ou seja, para japoneses, alemães, norte-americanos e, obviamente, ingleses verem. Uma proposta carregada de demagogia, que só faz piorar a situação, pois carrega o dinheiro que será destinado às pesquisas para um conselho de burocratas estabelecidos em Brasília.

Dinheiro aplicado na Amazônia precisa ser controlado pelo povo

Foi sobre este aspecto que surgiram algumas das mais importantes decisões do Ciclo de Debates de Manaus. Uma delas é a de que todo o dinheiro que se destine à preservação da natureza na região amazônica, incluindo pesquisa científica, seja administrado por um conselho formado por representantes das universidades federais dos Estados que formam a região, de institutos como o INPA, de Manaus, e o Museu Goeldi, de Belém do Pará, e de entidades representativas do povo da região e do

Brasil. A prestação de contas, pela proposta, seria feita ao Congresso Nacional.

Outra proposta aprovada é a de que qualquer dinheiro vindo do exterior para preservação da natureza na Amazônia terá que passar por aquele órgão. Esse órgão seria composto exclusivamente por brasileiros. Foi pedido, também, um maior intercâmbio com os demais países que formam a região Amazônica para reforço de uma política conjunta de preservação do meio ambiente e de desenvolvimento social, político e econômico.

Além de debater o problema ambiental propriamente dito, o Ciclo de Debates procurou efetivamente aprofundar uma proposta global para o desenvolvimento da região. Não se limitou, pois, a propor a criação de alguns parques e reservas ou de preservar alguma espécie animal em extinção. Foi muito além. Os debates foram divididos em seis temas diferentes, que dão uma idéia da dimensão do encontro: 1. Preservação da Flora e da Fauna; 2. Povos da Floresta e a Questão Agrária; 3. Energia e Desenvolvimento Industrial; 4. Política de Saúde para a Amazônia; 5. Política Educacional para a Amazônia; e 6. Ciência e Tecnologia.

Ataque à devastação, não contra o desenvolvimento

Uma das questões mais debatidas durante o encontro foi

a questão da energia e do desenvolvimento industrial. Os grandes projetos, como o Calha Norte, o Carajás e as usinas hidrelétricas foram os mais criticados. Não que os participantes do encontro fossem contra a produção de energia elétrica e o desenvolvimento industrial. A crítica é feita à maneira com que esse processo está ocorrendo.

Por isso, foram aprovadas propostas de revisão do Calha Norte, de reformulação do Grande Carajás e de reavaliação do Plano 2010 da Eletrobrás, que prevê a construção de mais de cinquenta usinas hidrelétricas na região Amazônica.

Numa palestra que proferiu numa das sessões plenárias do encontro, o pesquisador Philippe Fearside, do INPA, demonstrou através de dados, pesquisas e fotografias como esses grandes projetos, da maneira que são implantados, afetam dramaticamente o meio ambiente, incluindo-se nele, é claro, o ser humano. E isso, na maioria das vezes, com incompetência e desperdício de dinheiro público.

Enormes gastos em Rondônia, para nenhum resultado

Fearside tem um estudo bastante aprofundado sobre os efeitos do Polonoroeste, implantado em Rondônia. O desastre é completo. A começar pelo fato de que foram canalizados rios de dinheiro para ocupar as terras menos agriculturáveis da região. Abriu-se

estradas, levou-se colonos do Sul do País e todo mundo deu com os burros na água.

Naturalmente, num encontro dessa natureza, realizado na capital do Amazonas, não poderiam faltar as críticas à hidrelétrica de Balbina, construída a 176 quilômetros ao norte de Manaus, no rio Uatumã. Logo na abertura do encontro, os participantes foram unânimes em aprovar uma proposta de criação de um movimento pelo esvaziamento do lago daquela usina. A idéia é simples: Balbina não vai conseguir produzir mais do que ridiculos 120 mil quilowates de energia (Manaus consome 320 mil quilowates/hora) e, mesmo para isso, vai ter que investir mais milhões e milhões de dólares. É melhor parar com a brincadeira agora, esvaziar o lago gradativamente, da maneira em que foi enchido, e deixar a barragem como exemplo da insanidade, da corrupção e da incompetência.

Na noite do primeiro dia, dois pesquisadores do INPA apresentaram um videotape, filmado na semana anterior ao encontro, mostrando a situação do rio Uatumã e dos moradores ribeirinhos, à jusante da barragem de Balbina. O que se previa antes e durante a construção da usina está ocorrendo. Uma densa camada de espuma cobre os trinta primeiros quilômetros do rio, até a Cachoeira Morena. E numa extensão de trezentos quilômetros os peixes sumiram. Pelo menos três mil pessoas estão há mais de um mês sem sua principal fonte de proteína e sem água sequer para tomar banho e lavar roupas, tendo que recorrer a igarapés distantes.

Um outro fator aumenta dramaticamente a situação da Balbina. É o fato de que, tendo não conseguir pôr para rodar a primeira das cinco turbinas da hidrelétrica, as Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) deixou a barragem encher até a quota 51, quando seu limite previsto era a quota 46. Com isso, a água atingiu as lagoas naturais numa vasta área, promovendo uma matança generalizada de peixes. Por essas razões é que os representantes das comunidades do Uatumã estavam entre os mais ativos participantes do Ciclo de Palestras.

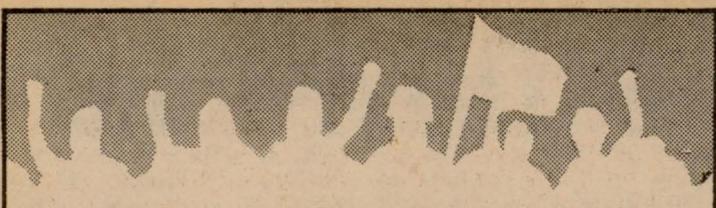


Arquivo



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

*Jornalista e estudioso dos problemas amazônicos, Jaime Sautchuk participou da abertura do II Ciclo de debates, sobre o tema "Preservação e desenvolvimento da Amazônia — uma proposta global para a região."



CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Dois pesos e duas medidas de Gorbachev

Rogério Lustosa*

Gorbachev afirmou, ao expor sua perestroika, que a frase de Clausewitz segundo a qual a guerra é a continuação da política por outros meios está "absolutamente fora da moda." E que atualmente deve haver "prioridade dos interesses comuns a toda a humanidade sobre os interesses de classe". Como explicar então mais de 30 pessoas mortas pelo Exército soviético, em manifestações nacionalistas na Geórgia?

Mas enquanto em Tbilisi, capital da República da Geórgia, a política era feita com cassetetes, balas e bombas, Mikhail Gorbachev discursava em Cuba advertindo a seu companheiro Fidel Castro: "Nós somos contra doutrinas que justificam a exportação da revolução ou contra-revolução... Acreditamos que a América Latina e os demais continentes não devem ser cenários do conflito Leste-Oeste".

O recado foi muito bem entendido por George Bush, outro conhecido defensor dos "interesses da humanidade". Margaret Tuniller, porta-voz do departamento de Estado dos EUA aplaudiu as declarações e disse que seu governo está interessado que Gorbachev "peça a Cuba e à Nicarágua que parem a política de subversão violenta nos países vizinhos."

O que acontece na Geórgia? Segundo a agência Tass, "os manifestantes gritavam lemas nacionalistas e pregavam a eliminação do poder soviético". Mas o Sr. Gorbachev também não promove alterações no Estado, acabando com o sistema de soviets e reintroduzindo o parlamentarismo burguês na URSS? O motivo da repressão deve ser o protesto contra o poder (da humanidade?) que o Sr. Mikhail chefia.

gia e nas diversas repúblicas que formam a (des)União Soviética, estão em desacordo com os "interesses da humanidade"? São burgueses? E se eles, como burgueses, estão simplesmente aproveitando o descontentamento das massas com a opressão nacional, e portanto burguesa, também restaurada na URSS por Gorbachev e outros governos revisionistas que o precederam, desde a virada produzida por Nikita Krushchev em 1956?

Vendo deste ângulo as coisas tomam outra feição. Nada de permitir movimentos revolucionários na América Latina e nos demais continentes. A guerra — contra os poderosos — está ultrapassada. Para os oprimidos, o conselho do papai é "usar os meios políticos". E nada de criar áreas de atrito com o titio Sam que, tirando as agressões armadas que pratica em todo o Globo, não faz mal a ninguém.

Mas para os que ousam desobedecer, o jeito é recorrer ao "ultrapassado" Clausewitz, para que aprendam a respeitar a "humanidade".

Mais uma vez fica demonstrada a teimosia dos fatos. E sua incômoda mania de desmascarar as teorias que falseiam a realidade. Enquanto a humanidade estiver dividida em classes, não há "pacifista" capaz de evitar a luta de interesses antagonísticos entre oprimidos e opressores.

Todos estes filisteus acabam se revelando. São defensores da burguesia que pretendem se intrometer nas fileiras dos trabalhadores e desarmá-los. A luta de classes não foi inventada pelos comunistas, como tentam, mais uma vez, insinuar. O que Marx e Engels fizeram, no século passado, foi armar o proletariado com a ciência da revolução. E, com ela, mostrar que se a política dos poderosos tem desdobramentos violentos, os oprimidos precisam aprender a lutar em todos os terrenos.

Num grande esforço para ampliar sua presença política no Estado, os comunistas paranaenses desenvolvem campanha de filiação que utiliza até *outdoors*.

A paisagem urbana de Curitiba ganhou, no último dia 1º de abril, um elemento novo. Desde as primeiras horas da manhã quem transitava pela capital paraense deparava-se com um dos 30 *outdoors* que o Diretório Regional do PCdoB mandou fixar nos pontos de maior circulação da cidade, como parte de uma ampla campanha de consolidação e crescimento partidário.

O lançamento dos *outdoors* coincidiu com o início da segunda fase da campanha, que começou em janeiro e prossegue até junho. Segundo José Ferreira Lopes (Zequinha), secretário de organização do PCdoB no Paraná, ela traz grandes novidades em relação a iniciativas com o mesmo objetivo tomadas no passado. "Pela primeira vez estamos deflagrando uma campanha de filiação que atinge fortemente a opinião pública do Estado, e que ao mesmo tempo está orientada para promover o crescimento partidário nas áreas mais importantes do Paraná", diz ele.

Casa arrumada

José Ferreira explica que a campanha teve uma fase preliminar, que desenrolou-se de janeiro até o final de março e consistiu no que ele chama de "arrumação da casa". Nesse período o Partido promoveu um amplo processo de debates nos organismos de base e comitês distritais e municipais, visando estabelecer o funcionamento constante das organizações de base e renovar as direções intermediárias. Este processo visou, segundo Zequinha, atacar antigos problemas, como a falta de reuniões constantes dos organismos, o baixo nível de discussão política,

a ausência de acompanhamento e debate permanente com as bases, por parte das direções intermediárias.

Encerrada a fase inicial, era preciso deflagrar um movimento para ampliar o contingente de filiados, de militantes e de organismos partidários. O Paraná exerce influência política e econômica crescentes no cenário nacional, e a presença política do Partido ainda é pequena no Estado.

Foi lançada, então, uma campanha massiva de crescimento partidário. O Diretório Regional compreendeu, desde o início, que ela só teria sucesso se estivesse intimamente ligada às lutas políticas nas quais o Partido toma parte. Ser militante ou filiado ao PCdoB tinha de ser visto não como um título honorífico, mas como um meio para os ativistas populares do Estado darem consequência profunda à sua vontade de transformar as estruturas retrógradas da sociedade.

Derrotar as elites

Por isso mesmo, o mote da campanha está diretamente associado à campanha presidencial. "Construir a unidade popular para derrotar as elites" é o apelo dos *outdoors* espalhados em Curitiba, e das dezenas de milhares de panfletos que o Partido mandou confeccionar. A esta bandeira os militantes acrescentam outras, ligadas a reivindicações específicas de seu setor de atuação. Zequinha afirma que a campanha "terá tanto mais êxito quanto mais os comunistas forem reconhecidos como líderes de greves, lutas pela terra e mobilizações estudantis".

Além dos *outdoors* e panfletos o jornal *A Classe Operária* será peça importante no esquema de agitação e propaganda montado para a campanha. O diretório regional acredita que ele é instrumento imprescindível para esclarecer em detalhes as propostas do Partido e para enfrentar o debate

de idéias, que se torna cada vez mais acirrado às vésperas da sucessão presidencial. Por isso, foram tomadas medidas para ampliar substancialmente o número de assinaturas do jornal no Paraná, e para garantir sua presença nas bancas mais importantes de cada cidade.

Militantes ativos

A campanha de crescimento inclui ainda itens importantes no campo da formação teórica. Todos os novos militantes e filiados passarão por um curso básico sobre o programa do PCdoB, e discutirão em detalhes sua tática para os momentos de definições políticas que se aproximam. "A idéia é permitir que eles se integrem com rapidez à luta política, e que contribuam ativamente na elaboração dos planos táticos e estratégicos de seus organismos", garante o secretário de organização do PCdoB no Paraná.

A campanha inclui, por fim, uma definição clara dos setores sociais e das regiões que devem ser priorizadas no esforço pelo crescimento partidário. "Coerentes com as decisões do 7º Congresso do PCdoB", diz José Ferreira, "estamos dando atenção especial às grandes fábricas, às universidades e às regiões de lutas no campo". Entre as indústrias, o Partido dá prioridade às metalúrgicas e às de papel e papelão, que concentram maiores contingentes de operários, reúnem enorme peso econômico e possuem mais tradição de luta e organização. No campo a prioridade é para o crescimento junto aos assalariados agrícolas e aos camponeses sem-terra. E entre as universidades há destaque para a Federação do Paraná, a PUC, as estaduais de Londrina, Ponta Grossa e Maringá, e a Fecivel, de Cascavel. A campanha será levada ainda a outros setores sociais, como os bancários, professores e outros profissionais.

Arquivo



Construir a unidade popular para derrotar as elites

Fille-se no PC do B

Partido Comunista do Brasil - PC do B - 67 anos de luta

Rua Dr Pedrosa 249 - sobreloja - Centro - Fone 222-9120

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Os nacionalistas, que dirigem os movimentos...

* Da direção nacional do PCdoB

A 10 anos da 7ª Conferência

José Reinaldo Carvalho

A história do Partido Comunista do Brasil é repleta de grandes feitos. Um deles foi a 7ª Conferência Nacional, realizada no período de março/abril de 1979. Nesta matéria, um balanço daquela histórica reunião.

O Partido Comunista do Brasil comemora este ano o 10º aniversário de sua 7ª Conferência Nacional. Realizada no exterior, quando o Partido vivia sob a clandestinidade imposta pelo regime militar e parte de sua direção nacional encontrava-se exilada, foi um evento da maior significação histórica para a vida da organização de vanguarda do proletariado brasileiro e o conjunto do movimento comunista internacional.

Realizada dois anos e meio após os trágicos acontecimentos de dezembro de 1976, que resultaram na morte de três membros do Comitê Central e na prisão de vários outros, a 7ª Conferência foi antes de tudo uma demonstração da vitalidade das fileiras partidárias. Ela mostrou a capacidade de rearticulação do Partido e a continuidade de sua ação prática, a despeito dos golpes infligidos pela reação. Dela participaram representantes de quase todos os comitês regionais, membros do Comitê Central e encarregados de seções ligadas ao Comitê Central.

A 7ª Conferência debruçou-se sobre uma vasta pauta de discussões. Passou em revista a situação nacional e internacional, debateu problemas políticos e ideológicos candentes do movimento comunista, examinou o estágio de organização das fileiras partidárias, posicionou-se sobre a nova conjuntura política, atualizou a orientação tática e traçou as tarefas do Partido em todos os níveis.

O "pensamento Maotsétung"

Era aceso o debate ideológico no movimento comunista internacional quando da realização da 7ª Conferência Nacional do Partido Comunista

do Brasil. Aquela época a unidade das fileiras marxistas-leninistas era ameaçada pelas tentativas do Partido Comunista Chinês de impor a "teoria dos três mundos" como estratégia para o movimento revolucionário mundial. Mas a própria evolução dos acontecimentos, os rumos que a China seguiu de adoção do capitalismo e de uma política externa tendente a transformar-se numa grande potência imperialista, mostraram que dita teoria nada tinha de marxista-leninista, era antes a sua negação plena. Segundo essa teoria o proletariado e os povos deveriam aliar-se com os imperialistas norte-americanos e a reação mundial, subordinar-se aos interesses socialchavunistas da China e à política belicista dos Estados Unidos. No plano interno, pregavam os teóricos dos "três mundos", o partido comunista deveria abandonar os objetivos revolucionários e promover a aliança estratégica com a burguesia monopolista e as forças mais reacionárias.

A 7ª Conferência reafirmou as opiniões anteriormente expandidas pelo Partido sobre a natureza contra-revolucionária e antimarxista da "teoria dos três mundos". Mas não se limitou a isso. Examinou suas raízes teóricas e ideológicas radicadas no chamado "pensamento Maotsétung". A conferência concluiu que o velho líder da revolução chinesa, a pretexto de aplicar as verdades universais do marxismo-leninismo à prática concreta da revolução e da construção do socialismo na China, elaborou uma orientação eclética, no fundo antisocialista. Por isso a 7ª Conferência adotou como uma de suas resoluções: "Denunciar o chamado pensamento Maotsétung como antimarxista-leninista. As obras e a atuação de Maotsétung opõem-se à doutrina revolucionária da classe operária e aos ob-

jetivos que persegue o socialismo científico. O combate ao maoísmo é inseparável da luta pela assimilação dos princípios fundamentais do marxismo-leninismo e deve contribuir para expurgar de nossa consciência e de nossa atividade qualquer influência negativa dessa tendência revisionista".

Diante das ameaças concretas de ruptura da unidade do movimento comunista mundial acarretadas pela ação divisionista do PC da China, o PCdoBrasil fez em sua 7ª Conferência uma exortação à unidade das fileiras do movimento comunista internacional e assumiu o compromisso de apoiar os encontros entre os partidos marxistas-leninistas para intercâmbio de experiências e opiniões.

Ofensiva contra a ditadura

A 7ª Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil transcorreu num momento particular da vida nacional. Depois de 15 anos de regime militar, os generais planejavam com a indicação de Figueiredo à Presidência da República (sua posse foi em março de 1979) o prolongamento do regime por mais seis anos. Porém — constatava o documento político da Conferência — "o sistema ditatorial e o modelo econômico que o acompanha entraram em crise e são contestados por amplas forças políticas e sociais. O regime já não consegue manter-se nos velhos moldes, procura novas formas de sobrevivência expressas na tentativa de insti-

tucionalização da ordem reacionária. O elemento fundamental da desintegração da ditadura foi a luta decidida do povo brasileiro, que sai dessa batalha política, ainda não terminada, com saldo positivo, êxitos e considerável experiência". Nessa passagem está um diagnóstico político da maior importância para a elaboração da tática imediata do Partido e do movimento democrático e popular: o regime militar, aparentemente implacável e estável, estava vivendo franco processo de desintegração.

Este processo vinha de longa data. Mesmo nos períodos mais negros do regime militar o povo brasileiro não cessou por um instante sequer a resistência democrática, inclusive recorrendo às armas. Em 1974, com seu voto de protesto, o povo infligiu pesada derrota aos generais, rejeitando o partido do governo — a ARENA — nas eleições ocorridas naquele ano. A própria política de "distensão lenta, gradual e segura" do general Ernesto Geisel, iniciada em 1974, já refletia as dificuldades da ditadura governar pura e simplesmente através do terrorismo aberto. Em 1978, a classe operária saiu à luta com poderosas greves, que fizeram soar o dobre de finados da política de arrocho salarial e da lei fascista antigreve. O movimento estudantil ganhava as ruas, a campanha pela anistia aos presos políticos, a luta pela revogação da legislação de exceção e pela convocação de uma Assembleia Constituinte livremente eleita galvanizavam a

consciência democrática do país. Quando o general Figueiredo assumiu o governo, em março de 1979, nova onda de greves se espalhou por todo o país e a campanha pela anistia empolgava a nação. O sentimento de conquista democrática e vitória sobre a ditadura se fazia presente em todo o povo e a perspectiva de "fechamento" do regime se tornava cada vez mais remota e inexequível.

É nessa conjuntura que o Partido orienta no sentido de passar à ofensiva e aprofundar o movimento democrático e popular tendo em vista a conquista da liberdade política a mais completa possível, como "objetivo político imediato do povo brasileiro", conquista que "implica a derrubada do regime militar".

Novo grupo liquidacionista

A 7ª Conferência Nacional foi também o momento inicial daquela que seria a mais importante luta interna do Partido desde a ruptura com o grupo revisionista de Prestes. Ali começava uma séria investida de inimigos internos, militantes e dirigentes que sucumbiram à pressão ideológica da burguesia, para dividir e liquidar as fileiras do PCdoB.

Capitaneados por Oséas, Ronald e Nelson Levi, aos quais se incorporaram depois José Genoíno, Wladimir Pomar, Delzir e outros, os liquidacionistas levaram à 7ª Conferência uma plataforma política de fundo oportunista. Analisando a situação nacional por uma perspectiva de direita, consideraram em documento apresentado à conferência que a ditadura estava forte e não em crise e decomposição. Chegavam ao ponto de afirmar, para corroborar sua tese, que o Brasil era o elo mais forte da cadeia imperialista. Desse diagnóstico falso da realidade, concluíam que a tática do Partido deveria ser defensiva, sob a palavra de ordem de "fingir-se de morto". Isto quando os camaradas da direção que estavam exilados preparavam-se para retornar ao país e quando a realidade apontava para a necessidade de uma atuação política mais aberta.

Transcorridos 10 anos desde a realização da 7ª Conferência Nacional, é possível avaliar o acerto das suas decisões. O desdobramento da situação política, o crescimento do Partido, a conquista da legalidade, a unidade de suas fileiras mostraram a justeza das orientações daquela reunião.



**P.C. DO BRASIL
PELO SOCIALISMO**

Reflexões sobre o Bicentenário da Inconfidência Mineira

Clóvis Moura*

Neste artigo, o professor Clóvis Moura aborda o ideário dos inconfidentes e traça alguns paralelos históricos entre a Inconfidência Mineira e a Revolução Francesa. Os intertítulos são de responsabilidade da redação.

É interessante assinalarmos, inicialmente, que enquanto na França comemora-se festivamente o Bicentenário da Revolução Francesa, que levou a burguesia ao poder, no Brasil estamos registrando os dois séculos decorridos após a derrota da Inconfidência Mineira, o primeiro movimento registrável contra o colonialismo da Metrópole.

Ambos os movimentos se diziam republicanos. Mas, enquanto na Europa o capitalismo expandia as forças produtivas ao ponto de exigir a ruptura com as velhas instituições feudais, no Brasil o sistema escravista impedia esse desenvolvimento e nos subordinava ao sistema colonial. Tínhamos uma economia cuja produção se baseava no trabalho escravo para os senhores que, por sua vez, estavam estruturalmente subordinados à metrópole. A Colônia estava subordinada em todos os níveis à metrópole portuguesa. Isto se refletirá na ideologia da **Inteligência local**, ela também ligada por diversos vínculos burocráticos e econômicos ao sistema escravista.

Daí porque, mesmo aqueles mais radicais componentes desta camada letrada não podiam avançar o seu pensamento ao ponto de romper com o sistema interno (escravista) centrando a sua ótica na nossa separação da metrópole. Desta forma, embora os participantes da Inconfidência Mineira lessem os ideólogos que antecederam à Revolução Francesa, tinham de reinterpretá-los a partir dessas limitações. Criou-se assim, no caldo de descontentamento contra a metrópole, um **liberalismo-escravista**.

Escravistas liberais

Todos os membros eram possuidores de escravos, inclusive Tiradentes. Isto limitará enormemente a elaboração programática do movimento. A respeito, escreve Kenneth Maxwell: "O tema da escravidão impôs-se ao debate. Maciel considerava a presença de tão grande percentagem de negros na população como uma ameaça possível ao novo Estado, caso a promessa de liberdade os induzisse a se oporem aos brancos. Alvarenga, um dos maiores senhores de escravos dentre os inconfidentes, defendia a liberdade dos escravos que, segundo ele, os transformaria nos mais apaixonados defensores da nova república e comprometidos com a sua sobrevivência. Maciel achava que essa solução poderia representar a autodestruição, pois os proprietários ficariam sem contar com quem

trabalhasse nas minas. Uma solução de compromisso foi eventualmente apresentada e, presumivelmente, aceita: a de que só os negros e mulatos nativos fossem libertados no interesse da defesa do Estado."

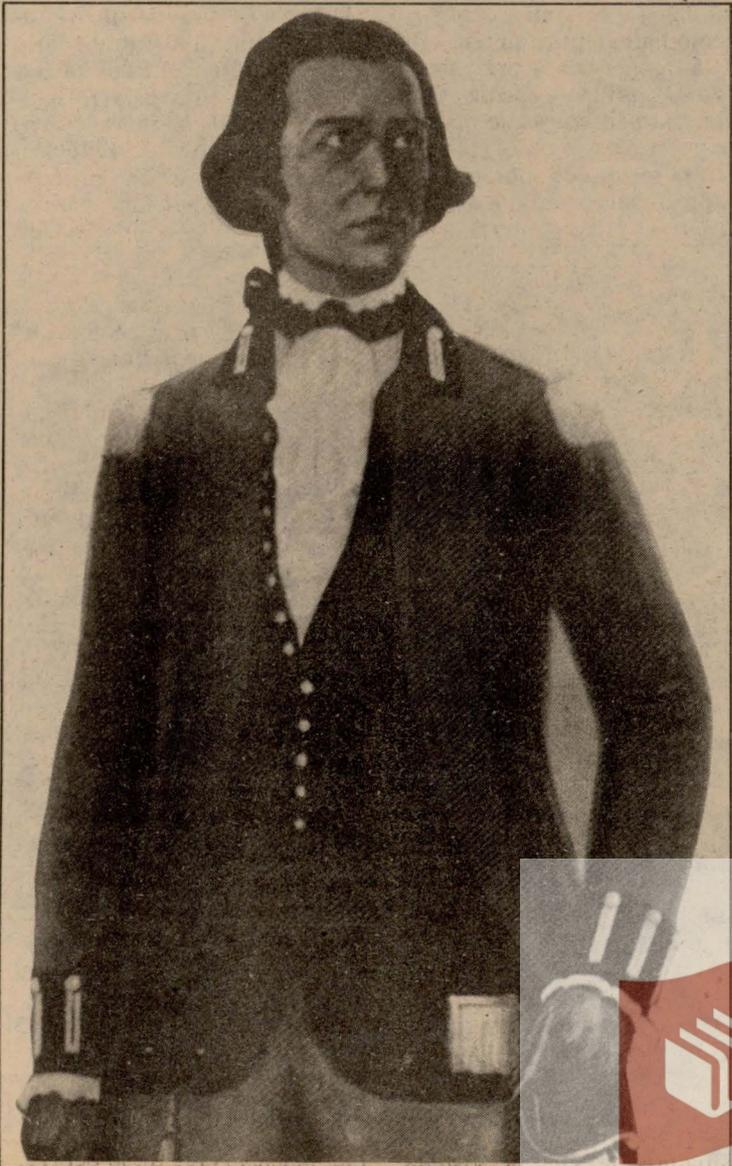
A inquietação social que levou à conjuração mineira decorria de particularidades da Capitania de Minas Gerais, completamente isolada pela metrópole para melhor exploração da produção aurífera. Como acentua José Felício dos Santos, "a história de Minas Gerais nos primeiros tempos, depois do descobrimento das lavras auríferas, quase que só consiste nas variações das ordens sobre a maneira de se tributar o ouro em benefício da fazenda real, e na resistência que fizeram os mineiros, com mais ou menos sucesso ao vexame e severidade com que eram executadas".

Oposição à Coroa

Em 1719 é proibida a circulação do ouro em pó e é estabelecida a **quintação**. Com isto somente depois de dar um quinto do ouro à Coroa ele podia circular em barras. Com essa e outras medidas as contradições se aguçam. Com a decadência das minas, os próprios senhores manifestaram o seu descontentamento com a Coroa que exigia cada vez maiores tributos. Criavam-se, assim, condições para a elaboração de uma consciência crítica na Capitania com vários níveis de radicalização. Como já vimos, a intelectualidade tinha limitações ideológicas em face da estrutura escravista, mas procurava também participar da sua elaboração.

Começam a reunir-se e conspirar, procurando elaborar um programa de governo, aliciar adeptos e criar as condições para o levante. Isto irá acontecer com mais **uma medida escorchante: a derrama**. O cumprimento dessa medida que iria cobrar todas as obrigações em atraso com o fisco antecipou as medidas da Inconfidência. Delatados por um dos seus membros, Joaquim Silvério dos Reis, os principais líderes são presos, entre eles Tiradentes, o único que

Arquivo



Tiradentes: defensor de uma República Liberal

será executado na forca, em 21 de abril de 1792.

Ideário político

Os episódios que se seguiram são por demais conhecidos. Desejamos apenas resumir aqui quais eram as idéias políticas dos inconfidentes.

TIPO DE GOVERNO — Republicano. O padre Vieira da Silva, no entanto, preferia a solução monárquica, por sinal o único que se manifestou a favor dessa forma de governo. Quanto a Tiradentes, apesar do depoimento de Salvador do Amaral de que ele achava necessário um "Testa Coroada" nas Minas, Vicente Vieira da Mota, ao depor, informa que em Vila Rica o alferes falava tanto em república e liberdade que já era chamado "O República" e "O Liberdade".

TENDÊNCIAS SOCIAIS — Liberalismo. Seria uma república liberal, porém esse liberalismo, como o de outros locais onde houve o escravismo, somente seria beneficiário aos **homens livres** (cidadãos).

IDÉIAS ADMINISTRATIVAS — a) Mudança da Capital. A capital da República seria transferida para São João del Rei; b) **Educação.** Diz um depoimento que em Vila Rica "se haviam de abrir estudos como em Coimbra em que também se aprendessem as leis";

c) **Industrialização.** Seriam criadas fábricas de tecidos e os "nobres não haviam de vestir senão as fazendas do país e que os de inferior qualidade vestiriam as que quisessem e deixava-se-lhes esta liberdade na esperança de que estes se quissem o exemplo daqueles" e, também, segundo depoimento de Domingos Vieira Barbosa, "o Dr. Cláudio, o coronel Vieira e o Desembargador Gonzaga tinham já feito as leis para se governarem, na qual se ordenava que todo homem plebeu pudesse vestir cetim"; d) **Pólvora e ferro.** Seria construída uma fábrica de ferro e uma de pólvora. Segundo Afonso Arinos de Melo Franco, "o Tiradentes é quem mais se preocupava com o assunto, procurando meios de obter o ferro e a pólvora em condições econômicas". O padre Rolim chega a indicar o local destinado à sede da siderúrgica: seria na Borda do Campo; e) **Política demográfica e defesa nacional.** A política demográfica da República seria de incrementar a natalidade e de proteção às famílias numerosas. O padre Correa de Toledo declarou que "uma das leis que se estabelecerá na República era que toda mulher que tivesse um certo número de filhos havia de ter um prêmio do Estado". No que diz respeito à defesa da República ainda Afonso Arinos comenta que ela preconizava o sistema militar obrigatório. "Os inconfidentes" — escreve ele — "imaginavam aquilo que os futuros teóricos socialistas chamavam o exercício popular, isto é, o treinamento do povo, tomado indistintamente, e o apelo ao povo em armas para lutar sob as bandeiras, defender a república ameaçada". Segundo um

dos conjurados, "não havia de haver soldado, mas sim estariam todos alistados a pegarem em armas quando fosse necessário e acabada a precisão recolheriam a suas casas para continuarem a empregar-se nas ocupações em que viviam". f) **Economia e finanças.** Finalmente, na área de economia e finanças, haveria combate à escassez do meio circulante pela emissão de papel-moeda lastreado pelo ouro que não sairia da República e fundação de uma Casa da Moeda.

Conjuração esmagada

Como vemos, era uma utopia republicana nos quadros do liberalismo escravista. No Brasil, somente a Revolução dos Alfaiates de 1798, na Bahia, organizada por homens da plebe (ex-escravos, escravos, alfaiates e artesãos), conseguiu projetar uma visão da Independência com a abolição do instituto da escravidão. Por esta razão foi esmagada com muito mais violência do que a Inconfidência Mineira e os seus mártires enforcados na Praça da Piedade — Lucas Dantas, Luís Gonzaga das Virgens, Manuel Faustino dos Santos Lira e João de Deus do Nascimento não são reverenciados no calendário das comemorações oficiais. Foram executados em 1799. Há 190 anos, portanto.

Esmagada a conjuração, o sistema colonial continua os seus métodos de exploração até praticamente a vinda de D. João VI, em 1808. De regresso a Portugal deixa no Brasil o seu filho que proclama a nossa Independência, conservando a escravidão que somente será extinta em 1888, às vésperas do desenvolvimento do capital monopolista mundial, fato que retardou e estrangulou as possibilidades do desenvolvimento autônomo de um capitalismo nacional. Passamos diretamente do sistema escravista para o capitalismo dependente em que nos encontramos até hoje.

Quanto à Revolução Francesa, prosseguiu destruindo todos os elementos que antes impediam o desenvolvimento do capitalismo. Se a Convenção, logo após a vitória da revolução, faz abolir a escravidão nas colônias francesas, Napoleão a restaura e volta a explorá-las à base do trabalho escravo. Com isto retorna à França todo esse excedente de trabalho escravo das colônias, para aumentar a acumulação capitalista naquele país. A Revolução Francesa conseguiu os objetivos a que se propunha "até as últimas conseqüências".

Por isto, este ano, enquanto os parisienses estarão cantando festivamente a Marselhesa no dia da queda da Bastilha, nós, no Brasil, ainda estaremos reverenciando a memória daqueles descontentes que quiseram levantar-se contra o sistema colonial. Lá, eles comemoram os seus mártires. Aqui, reverenciamos os mártires.

*Sociólogo e historiador.

Chaplin, o cineasta dos miseráveis

Clóvis Geraldo*

No dia 16 de abril comemorou-se o centenário de nascimento de Charles Spencer Chaplin, o cineasta criador do imortal Carlitos.

A velha Hollywood dos galpões e fazendas nos subúrbios de Los Angeles, Califórnia, tem em Charles Chaplin um de seus pioneiros. Ele chegou ali em 1913, contratado pela Keystone Film Company, de Mack Bennett (1880—1960). Seu aprendizado se dera no teatro de variedades de Fred Karno (1886—1941), na Inglaterra. Nele começara muito cedo, aos cinco anos. Aos nove anos entrou para a troupe juvenil Eight Lancashire Lads, mas aos 14, em 1903, estréia na peça "A romance of Cockayne".

A matéria-prima de seus filmes ele tirava das pantomimas, da mímica, da dança e das acrobacias. Estes recursos eram os únicos permitidos aos teatros de variedades, pois apenas os dois teatros reais podiam usar diálogos em suas peças.

Tempos difíceis

Em sua biografia, "A história de minha vida" (1964), ele iria se lembrar desses tempos. Passava horas nos bairros operários de Kennington e Lambeth perambulando, entre uma e outra crise alcoólica da mãe, que mais tarde enlouqueceu, e retornava aos quartos miseráveis onde morava com o meio-irmão Sidney. Comiam batatas e pão. A dieta só melhorava quando iam para o reformatório.

É em 1913, já integrado à vida artística, que ele excursiona com a companhia de Fred Karno aos Estados Unidos. Numa de suas apresentações é visto por Mack Bennett, o rei das comédias pastelão. É contratado para substituir o astro da

Keystone, Ford Beeling. Sua estréia ocorre nesse mesmo ano, em "Carlitos Repórter" ("Making a living").

O personagem Carlitos vai surgindo aos poucos. Tem os passos de pinguim, usa fraque, chapéu coco, calças largas e botinas bicudas. Sua influência vem do comico francês Max Linder. Os críticos afirmam que o "Vagabundo" não tem religião, pátria, casa, família e é internacionalista. Nos primeiros filmes é um babisco. Em "O Vagabundo" (1915) ele está completo. Nenhum requete precisa.

Chaplin, em Hollywood, aprende logo os mecanismos do cinema. Em 1914, dirige seu primeiro filme: "Gás hilariante".

Contra a direita

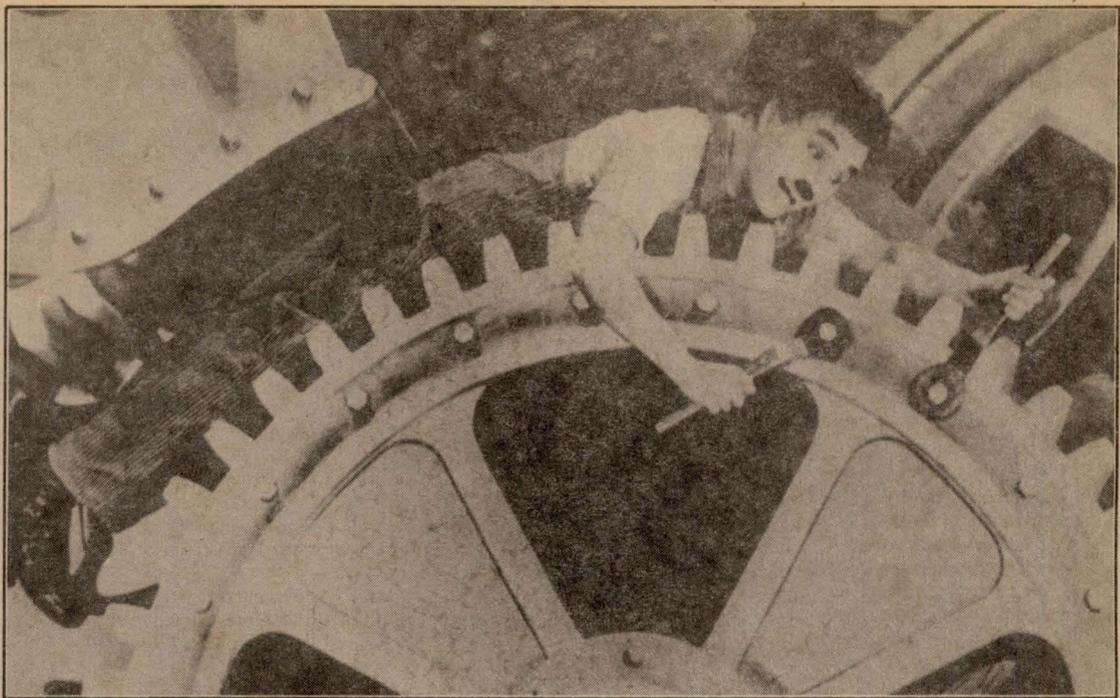
A liberdade de criação só viria com a fundação da United Artist, em 1919, por ele, Mary Pickford, D.W. Griffith e Douglas Fairbanks. Mas seu traço principal já estava marcado. Chaplin trouxera para o cinema o gosto pelos vagabundos, a composição apurada dos personagens e colocara na comédia a crítica social.

O presidente Wilson entra na I Guerra (1914—18). Chaplin recusa-se a se alistar. Os conservadores o pressionam. Ele responde: "O que faço e farei para provar a minha dedicação à causa da democracia não foi e nunca será explorado para minha publicidade ou para a publicidade de outros."

Três semanas antes da I Guerra terminar, ele lança "Ombro armas". Seu herói é um soldado com sentimentos exarcebados. Luta, mas não sabe por que e nem para quê. Segundo o roteirista John Howard Lawson, em "Ombros armas" a ilusão do vagabundo é a maior mentira da sociedade burguesa, a mentira de que a guerra é heróica e moralmente justificável.

Crítica à burguesia

A burguesia estaria sempre presente em seus filmes. Num deles ela aparece inteira: "Os ociosos" (1921). Uma crítica



mordaz e implacável aos magnatas, aos aproveitadores. Chaplin se preocupa também com os desqualificados. Em "O garoto" (1921), recorda seus anos de pobreza. É um velhaco que vive de consertar as vidraças que um menino quebra. Mas tem sentimentos nobres. Cuida da criança e a trata como um filho.

Antes, em "A vida de cachorro" (1918), penetrara no mundo dos desempregados. É criada uma cena clássica, até hoje muito usada: Carlitos disputa um lugar numa fila com outros desempregados. Do lado de fora um bando de cães briga por comida. O crítico francês Louis Delluc chama esta comédia de "a primeira obra de arte consumada de toda a cinematografia".

Esta dualidade se manifesta de modo acabado em "Em busca do Ouro" (1925), sobre a corrida do ouro no Alasca,



em 1898. Chaplin projeta a condição subumana dos mineiros. A fome leva Carlitos a ser visto como um frango por seu parceiro. Ele mesmo, em delírio, cozinha as próprias botas e passa a comer os cadarços como se fossem espaguete, executa o balé dos pãezinhos e, em meio à miséria, provoca o riso e o encantamento.

O burguês bêbado

As ilusões burguesas de riqueza voltariam em "Luzes da cidade". É a história de uma cega que pensa que o vagabundo que a ajuda é milionário. Mas o milionário, salvo do afogamento por Carlitos, só o trata bem quando bêbado. Quando sóbrio, ele o maltrata, o desconhece. E no fim o acusa de ter-lhe roubado. O dinheiro é usado para operar a cega. Esta descobre ser Carlitos seu benfeitor, mas ele vai embora.

"Luzes da cidade" é o filme da agonia do cinema mudo. "O cantor de jazz", primeiro filme sonoro, havia sido lançado em 1927.

Chaplin, fiel às suas técnicas e reticente quanto às possibilidades do som, afirma: "Não me servirei de palavras em meu novo filme. (...) Não me servirei jamais. Para mim, seria fatal. Mas me servirei de um acompanhamento musical, sincronizado e gravado." Em "Tempos modernos" (1936) só usaria som no final, quando o vagabundo canta, enquanto perde as roupas. É uma crítica feroz da brutalização do operariado pela indústria. Na abertura, ele compara os operários a carneiros.

Carlitos trabalha numa linha de montagem, apertando parafusos. Quando sai do trabalho, não pode ver botão que sai correndo atrás. Um dia enlouquece, perde-se nas engrenagens. Ao sair participa de uma passeata e é preso. Enquanto a história corre, ele tenta fazer uma história com a mulher, em ter casa e poder, estender o braço e colher maçãs. Nada disso ocorre. Sua vida é, como a da maioria dos proletários, uma luta

constante para se libertar do jugo do capital. Nesse filme apresenta Carlitos.

Em 1940 dirige "O grande ditador", e declara: "Realizei-o porque detesto os ditadores e queria mostrar o que há de grotesco e cômico neles e fazer as pessoas rirem deles." O embaixador alemão protesta. O filme é proibido em alguns países. No filme Chaplin faz um discurso pacifista: "Os homens que odeiam desaparecerão, os ditadores sucumbirão, e o poder que do povo arrebataram há de retornar ao povo."

Depois Chaplin partiu para uma obra ainda hoje incompreendida: "Monsieur Verdoux", um assassino de mulheres. Mostra um comediante preocupado com o holocausto e a volúpia burguesa. Clausewitz, observa Chaplin, "dizia que a guerra é a decorrência lógica da diplomacia; Verdoux acha que o crime é uma decorrência lógica do negócio. Ele expressa o espírito dos tempos em que vivemos. As catástrofes geram homens como ele".

Em 1952 faz "Luzes da Ribalta", sobre o velho palhaço Calvero, que ampara uma jovem circense (Claire Bloom). Depois, realiza "Um rei em Nova Iorque", sobre o Macartismo, e "A condessa de Hong Kong".

A direita norte-americana não o perdoaria por tê-la criticado. Em 1952, Chaplin vê-se obrigado ao exílio, junto com a quarta mulher, Oona O'Neill, e os filhos. Vai para a Suíça, onde faleceu no Natal de 1977.

Havia criado, segundo Lawson, "um tipo humano que se move no meio da desordem em busca de segurança, de amor, de dignidade e de uma oportunidade de viver". É um produto da indústria cultural, que "se relaciona à distância de tantos anos, com os personagens alienados de hoje, deslocados da burguesia e o submundo dos desvalidos".

*Jornalista e crítico de cinema do Espírito Santo

A música brasileira e o trabalho

Durante todo o mês de maio, o Mural de MPB do Centro Cultural São Paulo estará expondo "A MPB e o Trabalho". Segundo o coordenador do mural, Roque S. de Souza, "o povo se reconhece na música, na poesia, e é o que pretendemos registrar nesta mostra. A ligação do músico, do compositor, com as lutas de nosso povo é bastante

íntima. Chiquinha Gonzaga vendia as partituras de 'O abre alas' e revertia o resultado para a luta pela abolição e pela república. Grandes artistas nossos faziam suas canções após uma exaustiva jornada de trabalho. Donga trabalhava no cais do porto; Paulo da Portela era marceneiro; Jacob do Bandolin era escrivão; Geraldo Pereira era motorista de

caminhão de lixo; Paulinho da Viola era bancário..."

O mural ficará no Centro Cultural (rua Vergueiro, 1.000) até o final de maio, e estará montado também nos sindicatos dos Químicos, Bancários e Condutores. A pesquisa e elaboração contou com os trabalhos de Valéria Sostena, Cristina Schultz e Miriam Salomão.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Manólio Saldanha

1º de Maio

Poemas e canções do trabalho

A Angelina Gonçalves

(Lila Ripoll)

Foi num primeiro de maio,
na cidade de Rio Grande

O céu estava sem nuvens.
O mês das flores nascia.

O povo reuniu-se em festa,
pois a festa era do povo.

Crianças, homens, mulheres,
O povo unido cantava.
O povo simples da rua,
comovido se abraçava.

A massa resiste,
rebelde,
indomável,
erguendo muralhas,
erguendo muralhas
de peitos e braços,
às frias espadas,
aos altos fuzis.

A rua tranqüila,
tão cheia de cantos,
encheu-se de cinza,
de sangue e de pó.

O povo resiste
e os tiros aumentam.
Protestam as vozes
num vivo clamor.

Respondem espadas,
fuzis apontando,
fuzis metralhando.
A massa recua,
retorna e avança
com novo vigor.

Na rua estendidos,
Euclides e Honório,
Euclides e Honório,
e mais Osvaldino,
fecharam seus olhos,
seus lábios calaram.

As vagas aumentam
de ódio incontido.
E há novos protestos
do povo ferido.

Alguém arrebatada
das mãos de Angelina
a verde Bandeira
que ondula no ar.

Os tiros procuram
o peito de Récchia.
E os tiros ficaram
no peito a morar.

Os olhos dos homens
refletem angústia,
revelam paixão.

Ferido está Récchia,
e há sangue no chão.

Ninguém junto ao leme,
ninguém no comando.
Vermelhas papoulas
matizam o chão.

O rosto em tormento,
cabelos ao vento,
retorna Angelina,
mais alta e mais fina.
"A nossa Bandeira,
nas mãos da polícia?"

E à luta regressa,
com febre no olhar.

Os braços erguidos,
subiam, caíam,
em meios a outros braços,
o mastro a arrastar.

E às mãos vitoriosas,
num breve momento,
retorna a Bandeira
batida de vento.

Um frio estampido
correu pelo espaço,
na rua vibrou.

Vacila a Bandeira,
vacila Angelina,
e a flor de seu corpo
na rua tombou.

** A poetisa gaúcha Lila Ripoll dedicou este poema à operária tecelã e militante comunista Angelina Gonçalves, assassinada pela polícia na cidade de Rio Grande, à frente da manifestação do 1º de Maio de 1950.*

Primeiro de Maio

(Milton — Chico Buarque)

Hoje a cidade está parada
E ele apressa a caminhada
Pra acordar a namorada logo ali
E vai sorrindo, vai aflito
Pra mostrar, cheio de si,
Que hoje ele é o senhor das suas
mãos
E das ferramentas.

Quando a sirene não apita
Ela acorda mais bonita
Sua pele é sua chita, seu fustão

E, bem ou mal, é seu veludo
É o tafetá que Deus lhe deu
E é bendito fruto do suor
Do trabalho que é só seu.

Hoje eles hão de consagrar
O dia inteiro pra se amar tanto
Ele, o artesão,
Faz dentro dela sua oficina
E ela, tecelã,
Vai fiar nas malhas do seu ventre
O homem de amanhã.

balconistas,
palhaços, marcianos,
canibais,
lírios,
pirados,
dançando-dormindo
de olhos abertos
à sombra
da alegoria
dos faraós embalsamados.

Mulher Proletária

(Jorge de Lima)

MULHER PROLETÁRIA — única fábrica
que o operário tem, (fábrica de filhos)
tu
Na tua superprodução de máquina
humana
fornece anjos para o Senhor Jesus,
fornece braços para o senhor bur-
guês.

Mulher proletária,
o operário, teu proprietário
há de ver, há de ver:
a tua produção,
a tua superprodução,
ao contrário das máquinas burgue-
sas
salvar teu proprietário.

Rancho da Goiabada

(J. Bosco — A. Blanc)

Os bóias-frias quando tomam
umas biritas espantando a tristeza
sonham com bife a cavalo,
batata frita
e a sobremesa
é goiabada-cascão com muito queijo
depois café, cigarro e um beijo
de uma mulata chamada Leonor
ou Dagmar.

Amar.
O rádio de pilha, o fogão-jacaré, a
marmita,
o domingo, o bar
onde tantos iguais se reúnem
contando mentiras
pra poder suportar,
ai,
são pais-de-santo,
paus-de-arara,
são passistas,
são flagelados, são pingentes,

Canção do Sal

(Milton — Fernando Brant)

Trabalhando o sal
É o amor, o suor que me sai
Vou viver cantando
O dia tão quente que faz
Homem ver criança
Buscando conchinhas no mar
Trabalho o dia inteiro
Pra vida de gente levar
"Água vira sal lá na salina
Quem diminuiu água do mar
Água enfrenta o sol lá na salina
Sol que vai queimando até queimar
Trabalhando o sal
Pra ver a mulher se vestir
E ao chegar em casa
Encontrar a família a sorrir
Filho vir da escola
Problema maior é o de estudar
Que é pra não ter meu trabalho
E vida de gente levar.

A Voz do Povo

(J. do Vale — L. Vieira)

Meu samba é a voz do povo
Se alguém gostou posso cantar de
novo.

Eu fui pedir aumento ao patrão,
fui piorar minha situação.
O meu nome foi pra lista,
na mesma hora,
dos que iam ser mandado embora.

Eu sou a flor que o vento jogou no
chão,
mas ficou um galho
pra outra flor brotar.
A minha flor o vento pode levar,
mas o meu perfume fica boiando no
ar..



Käte Kollwitz



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois